

2019

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA ZEIS POÇO DA DRAGA

Plano de Geração de
Trabalho e Renda



IMAGEM: © LARA BARREIRA

CAROLINA

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Coordenadora geral:

Irllys Alencar Firmo Barreira

Equipe técnica:

Geníria Almeida Rios

Luíza Perdigão

Equipe de apoio:

Lorena Gomes

Nicolas Gonçalves e Costa

Vanessa Pereira

ECONOMIA

Coordenador de área:

Gil Célio de Castro Cardoso

Equipe técnica:

André Vasconcelos Ferreira

Maione Rocha

Catarina Maria Rabelo

Selma Maria Peixoto Alcântara

Thaís Gabriela Veras Gama

Nicole Stephanie Florentino de Sousa Carvalho

Paulo Torres Junior

Lucas Moreira Pontes

Bruno Almeida Bandeira

Natanael Alves Ferreira

Victoria Régia Arrais de Paiva

MOBILIZADORES SOCIAIS

Maria Francinédia Moreira do Nascimento

Rômulo Mendes Picanço

Tiago Michel Oliveira da Silva

EQUIPE TÉCNICA IPLANFOR

Superintendente: Eudoro Walter de Santana

Diretora de Integração e Articulação de Políticas (DIART): Juliana Mara de Freitas Sena

Mota

Gerente de Integração de Políticas Públicas: Joana e Silva Bezerra Kesselring

Gerente de Gerência de Políticas para Zonas Especiais: Natália Nunes Saraiva

Analistas de Planejamento e Gestão:

Armando Elísio Gonçalves da Silveira

Gérsica Vasconcelos Góes

Haroldo Soares Lopes Filho

Comissão Técnica para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato 025/2019

(IPLANFOR/FUNDAÇÃO CETREDE):

Ana Elisa Pinheiro Câmpelo de Castro

Ellen Garcia de Silveira

Gérsica Vasconcelos Goes

Haroldo Lopes Soares Filho

CONSELHO GESTOR ZEIS POÇO DA DRAGA

Conselheiros Titulares:

Francisco Sérgio Rocha

Alvaro Graça Júnior

João Carlos Gois da Silva

Maria Noélia dos Santos

Josélia Pereira do Nascimento Melo

William Miranda do Monte

Conselheiros Suplente:

Ana Célia Rocha Nina

Levi Vieira Bonfim

Maria Shirley Vasconcelos

Rogério Barbosa Picanço

Aurineide Muniz Moura

Org. Civil: ONG VELAUMAR

ÓRGÃOS PÚBLICOS

Gabinete do Prefeito

IPLANFOR

HABITAFOR

CEPS

SEUMA

SER CENTRO

CMF

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Aprovação da proposta de trabalho do PIRF/UFC.....	18
Foto 2: Aprovação da proposta de trabalho do PIRF/UFC.....	18
Foto 3: Escritório de campo - ZEIS Poço da Draga.....	19
Foto 4: Oficina Diagnóstico Participativo.....	19
Foto 5: Oficina Planejamento e Economia Solidária.....	20
Foto 6: Oficina Planejamento e Economia Solidária.....	20
Foto 7: Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária.....	22
Foto 8: Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária.....	22
Foto 9: Grupo de Flautas UECE.....	24
Foto 10: Grupo de Flautas UECE.....	24
Foto 11: Mesa de abertura.....	24
Foto 12: Painel 1.....	25
Foto 13: Painel 2.....	26
Foto 14: Painel 2.....	26
Foto 15: Painel 3.....	27
Foto 16: Painel 4.....	28
Foto 17: Painel 5.....	28
Foto 18: Painel 5.....	28
Foto 19: 18º Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar, Praça da Gentilândia, Bairro Benfica.....	29
Foto 20: Apresentação Cultural do Grupo Cordapés no 18º Feirão de Socioeconomia Solidária. Praça da Gentilândia.....	30

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama do percurso metodológico na elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda.....	17
Figura 2: Mapa Localização Geográfica da ZEIS Poço da Draga.....	41
Figura 3: Mapa de Concentração de Estabelecimentos de Serviços Alimentícios na ZEIS Poço da Draga.....	55
Figura 4: Mapa de Concentração de Estabelecimentos Comerciais na ZEIS Poço da Draga.....	57
Figura 5: Mapa de Concentração de Estabelecimentos de Outros Serviços na ZEIS Poço da Draga.....	59
Figura 6: Mapa de Concentração dos Problemas de Saneamento na ZEIS Poço da Draga.....	60
Figura 7: Mapa de Concentração das Vias com Iluminação Pública, Calçamento e Boca de Lobo na ZEIS Poço da Draga.....	61
Figura 8: Mapa de Concentração dos Espaços de Lazer na ZEIS Poço da Draga.....	62
Figura 9: Mapa de Concentração das Áreas de Risco na ZEIS Poço da Draga.....	64
Figura 10: Ciclo da Gestão e Planejamento.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Processos e Atividades PIRF- Economia.....	30
Quadro 2: Matriz FOFA: Ambientes Interno e Externo Alimentos.....	69
Quadro 3: Principais Produtos do Comércio Ambulante na ZEIS Poço da Draga....	70
Quadro 4: Matriz FOFA: Ambientes Interno e Externo Bebidas.....	74
Quadro 5: Principais Produtos do Comércio Ambulante de Bebidas do Poço da Draga.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolaridade na ZEIS Poço da Draga.....	65
Tabela 2: Sistema Simplificado de Monitoramento e Avaliação do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crimes Letais Intencionais.....	45
Gráfico 2: Ocorrências de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP1).....	46
Gráfico 3: Ocorrências de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CPV2).....	47
Gráfico 4: Ocorrências de Furto.....	48
Gráfico 5: Ocorrências de Apreensão de Armas.....	49
Gráfico 6: Ocorrências de Crimes Sexuais.....	50
Gráfico 7: Ocupação dos Moradores – ZEIS Poço da Draga.....	51
Gráfico 8: Natureza do Trabalho – ZEIS Poço da Draga.....	51
Gráfico 9: Desemprego na família – ZEIS Poço da Draga.....	52
Gráfico 10: Atividades econômicas reconhecidas pelos/as moradores com maior frequência – ZEIS Poço da Draga.....	52
Gráfico 11: Empreendimentos Econômicos por Setor – ZEIS Poço da Draga.....	53
Gráfico 12: Estabelecimentos de Serviços Alimentícios na ZEIS Poço da Draga..	54
Gráfico 13: Estabelecimentos Comerciais na ZEIS Poço da Draga.....	56
Gráfico 14: Estabelecimentos de Outros Serviços na ZEIS Poço da Draga.....	58

LISTA DE SIGLAS

AGEFIS	Agência de Fiscalização de Fortaleza
AIS	Áreas Integradas de Segurança
Anteag	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APL	Arranjo Produtivo Local
BNB	Banco do Nordeste
Cetra	Centro de Estudos do Trabalhador
CIDAO	Companhia Industrial de Algodão e Óleo
Cuca	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
CVP	Crimes Violentos contra o Patrimônio
ECOSOL	Economia Solidária
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EES	Empreendimento Econômico Solidário
FBB	Fundação Banco do Brasil
FOFA	Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
Gespar	Gestão Participativa para o Desenvolvimento
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IEES	Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
Iteps	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários
Intesol	Incubadora Tecnológica de Economia Solidária
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIRF	Plano Integrado de Regularização Fundiária
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional de Domicílios
PNES	Política Nacional de Economia Solidária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RCSES	Rede Cearense de Socioeconomia Solidária
SDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Sesc	Serviço Social do Comércio
Seuma	Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINAES	Sistema Nacional de Economia Solidária
Sine-IDT	Sistema Nacional de Emprego - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
Sintaf	Sindicato dos Fazendários do Ceará
SIP	Sistema de Informações Policiais
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TS	Tecnologia Social
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofania Afro-Brasileira
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PERCURSO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA ZEIS POÇO DA DRAGA	15
2.1	Construindo Ações Fortalecedoras da Economia Local	16
2.2	Ações de Sensibilização e Mobilização da ZEIS Poço da Draga.....	18
2.2.1	<i>Escritório de Campo</i>	<i>18</i>
2.3	Ações de Formação e Capacitação.....	19
2.3.1	<i>Diagnóstico Participativo (Oficina I)</i>	<i>19</i>
2.3.2	<i>Oficina Planejamento e Economia Solidária (Oficina II)</i>	<i>20</i>
2.3.3	<i>Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária (Oficina III)</i>	<i>21</i>
2.3.4	<i>Oficina Plano de Negócio Sustentável e Solidário (Oficina IV)</i>	<i>22</i>
2.4	II Seminário Cearense de Economia Solidária: Geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Pici, Bom Jardim e Poço da Draga.....	23
2.5	Ações Complementares	29
2.6	Matriz de processos e atividades.....	30
3	FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA ZEIS POÇO DA DRAGA	32
3.1	Arranjos Produtivos Locais e Economia Solidária: construindo uma estratégia de desenvolvimento da economia local.....	32
3.2	Economia Solidária e Autogestão: princípios e estratégias de fortalecimento da economia local	35
3.3	Planejamento Estratégico e Operacional: ferramenta de desenvolvimento da economia local	37
3.4	Empreendedorismo e Inovação: Tecnologias Sociais apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos locais	39
4	DIAGNÓSTICO ANALÍTICO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	41
4.1	Aspectos Gerais da Análise Diagnóstica.....	41
4.1.1	<i>Violência e Criminalidade</i>	<i>42</i>
4.1.2	<i>Violência e Criminalidade em Fortaleza: informativo sobre a ZEIS Poço da Draga</i>	<i>43</i>

4.1.3 Mercado de Trabalho e Economia Solidária.....	50
4.2 Análise Diagnóstica do Arranjo Produtivo de Comércio Ambulante: Alimentos e Bebidas	68
4.2.1 Comércio ambulante – alimentos	69
4.2.2 Comércio ambulante – bebidas.....	74
4.3 Matriz Operacional do Plano: eixos, objetivos, ações estratégicas, parcerias e fontes de recurso e prazos de execução	82
4.3.1 APL Comércio Ambulante: alimentos e bebidas	83
5 GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: aperfeiçoando a estrutura organizacional e articulando parcerias institucionais	87
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
7 REFERENCIAS	92
8 ANEXOS	95
8.1 Cartaz seminário	95
8.2 Programação seminário	96
8.3 Programação do 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar.....	90
8.4 Modelo de convite às instituições.....	98
8.5 Documento Complementar ao Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga	99

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Geração de Trabalho e Renda é resultado da intervenção da Equipe de Economia da Universidade Federal do Ceará (UFC), compondo o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Poço da Draga. Trata-se de território reconhecido pelo governo municipal por seu potencial econômico, ao mesmo tempo em que apresenta fragilidade social decorrente das condições precárias de regularização fundiária.

É no contexto das desigualdades sociais e econômicas que surge e se intensifica historicamente a segregação entre a “cidade formal” e a “cidade informal”. No tocante à primeira, o Estado realiza uma gestão baseada na oferta de recursos com infraestrutura básica que garante o bem-estar da população. Já a “cidade informal” é caracterizada pela clandestinidade e invisibilidade social e política. Uma das referências dessa “cidade informal” explicita-se no (re)desenho urbano associado a “novas” áreas de interesse, conforme o desenvolvimento local e a especulação imobiliária. A construção de empreendimentos luxuosos, de infraestrutura, bem como parques industriais, porto, estações de trem etc., algumas vezes articulados ao plano urbanístico, não isento de interesses econômicos, turísticos ou esportivos, contribui para o aumento da cidade informal.

Na política de desenvolvimento urbano, as ZEIS são consideradas áreas ocupadas de forma irregular, geridas por uma legislação específica, sendo também caracterizadas como um instrumento de regularização fundiária. Para alcançar esses territórios, o poder público elabora o Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), que consiste em um

[...] conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana, e o direito ao meio ambiente equilibrado (FORTALEZA, 2016, p. 5).

Nesse contexto, o PIRF em Fortaleza constitui uma proposta de planejamento elaborada pela Prefeitura Municipal, por meio do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), em parceria com diversas universidades e instituições de ensino superior, entre as quais a UFC, que compreende ser o Plano um instrumento de potencialidade social e desenvolvimento para os territórios/ZEIS.

2 PERCURSO METODOLÓGICO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA ZEIS POÇO DA DRAGA

A metodologia adotada espelhou-se em três experiências: 1. Metodologia de Gestão Participativa para o Desenvolvimento (GESPAR); 2. Metodologia de Sustentabilidade da Fundação Banco do Brasil (FBB); E, a metodologia de construção do plano de negócio/sustentabilidade desenvolvida pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), as quais foram ajustadas com cuidado e rigor à realidade da ZEIS Poço da Draga.

A Metodologia GESPAR – Gestão Participativa para o Desenvolvimento, construída no âmbito do convênio BNB/PNUD – BRA 93/012, leva em conta a realidade dos sujeitos diretamente envolvidos e o contexto no qual se está inserido, a participação em todos os processos de formação e capacitação e o reconhecimento dos saberes popular e técnico.

A Metodologia de Sustentabilidade da Fundação Banco do Brasil (FBB) enfatiza a participação da comunidade na construção do desenvolvimento local, considerando, para tal, a definição de uma equipe de campo, atuando como mobilizadora, em diálogo com a equipe técnica. Tem como foco as dimensões das cadeias produtivas e tecnologias sociais, além das políticas públicas, visando à inclusão sócio-produtiva, ao mesmo tempo, definindo uma perspectiva específica de política de combate à pobreza.

Já a metodologia de construção do plano de negócio/sustentabilidade desenvolvida pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) segue princípios participativos, adequando-se à proposta de inclusão e participação do PIRF. A ferramenta da Planilha de Indicadores de Autogestão tende a contribuir no processo de geração de trabalho e renda em uma perspectiva econômica solidária.

O plano de negócio/sustentabilidade da ANTEAG, organizado por empreendimento econômico solidário (EES), forneceu a ferramenta do seu diagnóstico organizacional como base para construção do Plano de Geração de Trabalho e Renda aqui reunido, organizado por arranjos produtivos locais (APLs), e tendo como fundamento os princípios da economia solidária, sendo sua elaboração primordial para a respectiva inserção na cadeia produtiva (PARREIRAS, 2007). Nesse sentido, a economia solidária oferece uma contribuição direta à construção de outro modelo de desenvolvimento, pensado em suas múltiplas dimensões, já que o modelo de organização do empreendimento econômico

solidário e as práticas da economia solidária pressupõem a existência de coesão social, forte organização territorial, redução das desigualdades e respeito às diferenças, de forma a fomentar o dinamismo econômico, promover a proteção ambiental e colaborar para a organização sociopolítica de territórios e comunidades.

A economia solidária expressa as formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseando-se no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. São milhares de atividades econômicas realizadas por EES: cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos, dentre outros.

O estímulo à formação de cooperativas populares foi uma meta da equipe, mesmo reconhecendo que a sua criação exige determinado nível de maturação ainda não vivenciado pelos empreendedores da ZEIS Poço da Draga. Neste contexto, optou-se pelo trabalho com a formação de arranjos produtivos criados em uma perspectiva de formação de empreendimentos econômicos solidários (EES) associados à apresentação da ECOSOL. Esta metodologia foi um ensaio para futuras propostas de cooperativas.

A prática da economia solidária tem conduzido a sociedade a uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e da ecologia. Sua base é associativa e cooperativa, voltada para o modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Essa experiência se deve à visão econômica de geração de trabalho e renda em espaços públicos na perspectiva de construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Em outras palavras, a economia solidária consiste em um movimento social baseado nos princípios da autogestão; solidariedade; cooperação; respeito ao meio ambiente, às diferenças étnicas, culturais, sexuais e de gênero; e do consumo justo, sustentável e solidário como um sistema harmônico, interdependente e autogestionário.

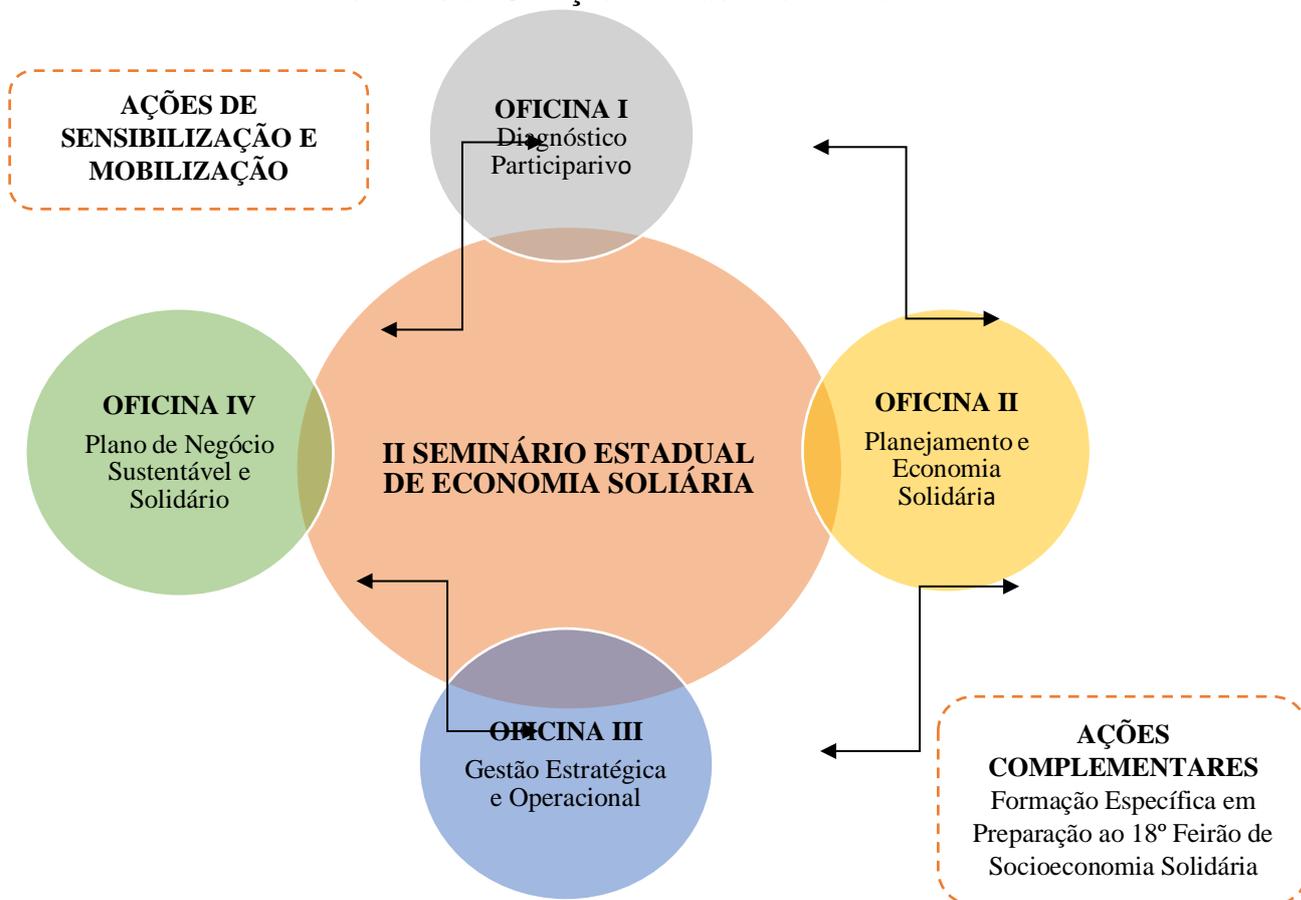
2.1 Construindo Ações Fortalecedoras da Economia Local

A metodologia adotada se fundamenta em processos de formação e capacitação focados na participação e na autonomia dos/as moradores/as no olhar e agir sobre a sua realidade, identificando e maturando os fenômenos objetivos e subjetivos que dão materialidade à microeconomia e sua relação com as condicionalidades dos espaços e das

políticas públicas fomentadoras de iniciativas de trabalho e renda. O Plano configura, portanto, proposições que atentem para a realidade dos APLs, das vocações e potencialidades econômicas dos espaços urbanos, e das boas práticas produtivas experimentadas pelos diferentes espaços e segmentos da ZEIS do Poço da Draga; além disso, considera as instituições e entidades que atuam nas políticas de fomento às iniciativas de natureza socioeconômica e produtiva, que oportunizem a ferramenta do diagnóstico socioeconômico, contribuindo efetivamente para aprimorar as iniciativas produtivas existentes, ao tempo em que oferece indicações de outras atividades econômicas viáveis no contexto da ZEIS.

O diagrama apresentado a seguir expressa os processos e as atividades assumidos pela equipe do PIRF/UFC, os quais se adequaram ao termo de referência com vistas à elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga, no âmbito do PIRF, revelando seu caráter acumulativo e de interface entre as atividades e os resultados produzidos.

Figura 1 - Diagrama do percurso metodológico na elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

2.2 Ações de Sensibilização e Mobilização da ZEIS Poço da Draga

As ações foram realizadas, inicialmente, através de reuniões com o Conselho Gestor e a comunidade, seguidas de ações junto aos mobilizadores sociais com vistas à realização dos eventos e seus desdobramentos. As Fotos 1 e 2, abaixo, representam o momento de apresentação e aprovação do plano de trabalho. A reunião ocorreu no dia 29 de julho de 2019, às 18h, na ONG VELAUMAR e contou com aproximadamente 30 participantes, entre membros da comunidade e da equipe PIRF/UFC.

Fotos 1 e 2 – Aprovação da proposta de trabalho do PIRF/UFC



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 29/07/2019.

A reunião teve início com a apresentação da equipe do PIRF pelo Presidente do Conselho Gestor na ZEIS Poço da Draga, Sérgio Rocha, o qual falou à comunidade sobre a relevância do Plano para o desenvolvimento local. Em seguida, a Coordenadora Geral do PIRF/UFC, Profa. Irllys Barreira, deu início à explanação sobre como decorreria o trabalho.

2.2.1 Escritório de Campo

Essa vivência de campo, conforme Foto 3, abaixo, oportunizou uma aproximação com as outras equipes e grupos locais, oferecendo o serviço de orientação sobre educação financeira e elaboração de orçamento familiar. Tal iniciativa fortaleceu a aproximação entre as partes, firmando os laços de confiança e, ao mesmo tempo, formando cidadãos/s locais capazes de promover uma gestão financeira pessoal e em seu empreendimento com mais eficiência. Entre setembro e novembro de 2019, dois membros da equipe atuaram, semanalmente (às quartas-feiras, de 14:30h às 17:30h), no escritório de campo.

Foto 3 - Escritório de campo - ZEIS Poço da Draga



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

2.3 Ações de Formação e Capacitação

2.3.1 Diagnóstico Participativo (Oficina I)

A oficina foi realizada no dia 07 de outubro de 2019, às 18h, no Pavilhão Atlântico, na comunidade Poço da Draga. A atividade contou com 24 participantes, a maioria comerciante (Foto 4, abaixo). Nesse momento, foi realizado um Diagnóstico Participativo, pelo qual foi possível identificar os principais segmentos produtivos da comunidade, no caso a comercialização de alimentos e bebidas.

Foto 4 – Oficina Diagnóstico Participativo



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

Utilizou-se da matriz SWOT (FOFA) como ferramenta principal para realização de tal atividade, em que os/as participantes realizaram uma atividade prática de exposição das Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças enfrentadas por seus empreendimentos. As informações levantadas serviram para compreender a realidade socioeconômica da ZEIS.

2.3.2 Oficina Planejamento e Economia Solidária (Oficina II)

A oficina foi realizada no dia 21 de outubro de 2019, às 18h, na ONG VELAUMAR (Fotos 5 e 6, abaixo) e contou com a participação de 14 pessoas. O foco da atividade foi explorar a importância do planejamento e a necessidade de organização dos pequenos empreendimentos em arranjos produtivos locais solidários, em contraponto à lógica estritamente competitiva, que reduz a sustentabilidade das iniciativas econômicas, em particular de pequenos/as e médios/as produtores/as.

Fotos 5 e 6 - Oficina Planejamento e Economia Solidária



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

Foi apresentada a proposta da economia solidária, a qual possui uma lógica diferenciada na produção e na repartição da renda gerada no processo produtivo. Essa lógica se fundamenta em 2 aspectos: Solidariedade entre os/as produtores/as, contrapondo-se à competição que prevalece no mercado; Autogestão, em que a produção é gerida horizontalmente pelos/as trabalhadores/as, os/as quais são, ao mesmo tempo, proprietários/as

do empreendimento. O aumento da escala de produção nesse tipo de empresa se dá pela união das pessoas envolvidas com o negócio, como dos próprios empreendimentos, formando redes.

A equipe de apoio presente auxiliou no desenvolvimento da coleta de informações mais específicas dos APLs já identificados na oficina I.

2.3.3 Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária (Oficina III)

A oficina ocorreu no dia 12 de novembro de 2019, às 19h, na ONG VELAUMAR com a participação de 10 membros da comunidade. A atividade (Fotos 7 e 8, abaixo) contemplou o conteúdo prático para iniciar ou fortalecer um empreendimento. Foram apresentados vídeos elucidativos visando facilitar o aprendizado dos/as comerciantes/as. Ademais, foram mostrados casos de sucesso comercial em negócios que utilizaram ferramentas da economia solidária.

Os/As participantes construíram a descrição do empreendimento definindo objetivos, visando valores e estabelecendo uma missão. Essa atividade também realizou a construção de um plano de marketing considerando a importância desse setor para o sucesso do arranjo.

Conjuntamente com a oficina II, a oficina III trabalhou a ideia de consumo solidário e conscientização ambiental, impulsionando os empreendedores a pensar em compras coletivas, consumo consciente e consciência ambiental no contexto global e local.

Enquanto a oficina II trabalhou a economia solidária e sua organização produtiva, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo, baseando-se no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida ou bem-viver, a oficina III proporcionou uma continuidade da discussão da oficina anterior, apresentando modelos de negócios solidários e sustentáveis, considerando a sustentabilidade do Arranjo Produtivo de Comércio Ambulante.

Como exemplo surgido na própria comunidade, observou-se o trabalho desenvolvido por mulheres recicladoras que produzem objetos de decoração (como cortinas, tapetes etc.) a partir da reutilização de materiais recicláveis coletados na cidade (como tampas de plástico, tarrafas etc.). Tal grupo, composto exclusivamente por mulheres moradoras da ZEIS Poço da Draga, foi batizado de “Recicleides” e busca aliar o desenvolvimento de arte local com elementos de economia criativa, a partir de uma ideia centrada na sustentabilidade.

Assim, a partir de *cases* reais e modelos trazidos ao debate, avançou-se na compreensão da sustentabilidade do empreendimento, com instruções sobre: Redução de custos operacionais; Gestão de insumos e/ ou matérias-primas, reduzido impacto ao meio ambiente com a geração de resíduos etc. Nessa perspectiva foram trabalhadas as possibilidades de ampliação do negócio para o mercado para produtos orgânicos e veganos, ofertas mais naturais com baixo custo/ investimentos. Esse interesse foi acompanhado da compreensão da necessidade de capacitação por meio de cursos e treinamentos.

A oficina também abordou a importância da redução da geração de resíduos sólidos e da separação do lixo orgânico do inorgânico, assim como manter a área de trabalho limpa e organizada. Essas e outras discussões sobre sustentabilidade e gestão de negócios foram embasadas nas próprias experiências da própria comunidade.

A partir desse enfoque, nas atividades práticas realizadas, os empreendedores nessas oficinas trouxeram temas como as ameaças sofridas pela poluição do meio ambiente nos arredores para o negócio. Os painéis 4 e 5 aprofundaram a ideia de consumo solidário, quando foram apresentadas as boas práticas em economia solidária no âmbito do município de Fortaleza e do estado do Ceará.

Fotos 7 e 8 - Oficina Gestão Estratégica e Operacional voltada à Economia Solidária



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019

2.3.4 Oficina Plano de Negócio Sustentável e Solidário (Oficina IV)

A oficina IV foi organizada com a proposta inicial de apresentação dos dados levantados nas oficinas anteriores. Nesse momento, a proposta seria realizar uma apresentação dos principais problemas levantados anteriormente e buscar encontrar soluções que

representassem o coletivo. A partir dessas ações, buscou-se criar estratégias para a sustentabilidade dos empreendimentos.

2.4 II Seminário Cearense de Economia Solidária: Geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Pici, Bom Jardim e Poço da Draga

O referido seminário teve por objetivos: a) apresentar o PIRF às representações dos diversos segmentos das comunidades e organizações governamentais e não governamentais, indicando os resultados, as possibilidades e os desafios do trabalho desenvolvido; b) construir possibilidades de parcerias e uma agenda de compromissos com as instituições e as organizações sociais e não governamentais para o fortalecimento do território/ZEIS; c) relatar experiências inspiradoras em economia solidária; d) abordar o papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários.

Considerando a relevância desse evento, como culminância do processo vivenciado no PIRF/UFC, as páginas seguintes apresentam uma breve sistematização, em que serão destacados o processo de organização, em parceria com a Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), os painéis temáticos e as atividades culturais.

O evento aconteceu nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2019, no Auditório José Albano (Centro de Humanidade II) da Universidade Federal do Ceará, tendo reunido mais de cem pessoas, dentre moradores da ZEIS, organizações de apoio governamentais e da sociedade civil, profissionais que atuaram no PIRF, estudantes, entre outros. A programação foi construída considerando a participação efetiva da comunidade, assim como a troca de conhecimento entre os diversos agentes que atuam na área, como apresentada a seguir.

✓ **Atividade cultural de abertura:** O Grupo de Flautas da Universidade Estadual do Ceará (UECE) fez uma apresentação de 30 minutos, com repertório de músicas nordestinas, clássicas e popular, conforme Fotos 9 e 10, a seguir.

Fotos 9 e 10 – Grupo de Flautas UECE



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

✓ **Mesa de abertura do seminário** – composta por representantes do Conselho Gestor das ZEIS Pici, Bom Jardim e Poço da Draga e representações da UFC, além do IPLANFOR (Foto 11). A Coordenadora Geral do PIRF-UFC fez um comparativo entre os objetivos do projeto e o que foi alcançado até então. O Coordenador da equipe de Economia, Prof. Gil Célio, explanou sobre o processo de construção da perspectiva econômica nas ZEIS. Cada representante das ZEIS falou sobre o impacto do PIRF na comunidade. Por fim, o membro do IPLANFOR mostrou a expectativa da Prefeitura para o projeto.

Foto 11 – Mesa de abertura



Fonte: Registro da equipe de Economia – PIRF/UFC.

Participantes (da esquerda para a direita): Rogério da Costa Araújo (Conselho Gestor ZEIS do Bom Jardim), Francisco Fernando Martins (Conselho Gestor ZEIS do Pici), Prof. Gil Célio (Coord. Economia PIRF/UFC), Profª. Irllys Barreira (Coord. Geral PIRF/UFC), Haroldo Lopes Soares Filho (IPLANFOR) e Álvaro Graça Júnior (Conselho Gestor ZEIS do Poço da Draga).

✓ **Painel 1: Narrativas e reflexões das atividades do PIRF nos territórios/ZEIS: resultados, possibilidades e desafios** – participaram os representantes do IPLANFOR e das equipes de economia, arquitetura e direito do PIRF-UFC (Foto 12, a seguir). O integrante da equipe de Economia, Prof. André Ferreira, apresentou os resultados, as possibilidades e os desafios do trabalho realizado pela equipe e abriu um espaço para cada membro da mesa explicar sobre seu papel no projeto. Após cada fala, foi aberto um momento para debate em plenária.

Foto 12 - Painel 1



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

Participantes (da esquerda para a direita): Prof. André Ferreira (Equipe Economia PIRF/UFC); Haroldo L. Soares Filho. (Iplanfor), Profª Lúcia Maria Silvia Melo Casimiro (Coord. Direito PIRF/UFC) e Profª Clarissa Freitas (Coord. Arquitetura PIRF/UFC).

✓ **Painel 2: Diálogos e Convergência para o fortalecimento das ZEIS: construindo possibilidades de parcerias e agenda de compromissos** – apresentação das instituições UFC, BNB, SDE, Sebrae-CE e Coordenadoria Especial de Participação Social da Prefeitura de Fortaleza, conforme Fotos 13 e 14, a seguir.

Fotos 13 e 14 – Painel 2



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

Participantes (da esquerda para a direita: Prof^a Lara Capelo Cavalcante (Pró-reitoria de Extensão – UFC); Luis Carlos de Araújo (SDE/Prefeitura de Fortaleza), Prof. André Ferreira (Equipe Economia PIRF/UFC) e Paulo Jorge Mendes Leitão (Sebrae/Ce).

✓ **Painel 3: Diálogos e Convergência para o fortalecimento das ZEIS: relatos de experiências inspiradoras em economia solidária** – o Painel 3 (Foto 15, a seguir) focou na exposição de experiências consolidadas de economia solidária no estado do Ceará, que se apresentam como alternativas ao desemprego e à informalidade e contribuem para o aumento da renda e o fortalecimento das articulações solidárias ao redor do estado.

O tema Finanças Solidárias foi apresentado nas oficinas II e III em sua diversidade, sendo estas: Fundos Rotativos, Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito, dentre elas os chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Apesar disso, a criação de um banco comunitário requer tempo de maturação e ambiente de confiança entre os participantes. Desta forma, o Painel 3 Experiências Exitosas em Economia Solidária, por ocasião do II Seminário Cearense de Economia Solidária, trouxe experiências exitosas do Banco Palmas e outras boas práticas em finanças solidárias.

Essa instituição representa uma referência em âmbito internacional pelo sucesso como banco comunitário, estando autorizado a estabelecer contratos e convênios com o poder público e também com as instituições bancárias oficiais, captando recursos e tecnologias para os bancos por ele assessorados. A moeda social criada por essa OSCIP¹ tem circulado no Conjunto Palmeiras desde o final da década de 1990, promovendo o desenvolvimento local.

¹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

Foto 15 – Painel 3



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019

Participantes (da esquerda para a direita: Nicole Carvalho (Equipe Economia PIRF/UFC); Ângela Monteiro (IADH – Projeto Habitação de Interesse Social), Flávia Cavalcante Tavares (Cetra – Coord, Rede Agroecológica do Ceará), Catarina Rabelo (Equipe PIRF Economia), Profª Nazaré Soares (Profª do curso de Gestão de Políticas Públicas responsável pelo Projeto com a Rede Feminista Estrela de Iracema), Luciana Eugênio (Rede Bodega de Comercialização Solidária) e Isabel Forte (Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – Cáritas Diocesana).

✓ **Painel 4: O papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários: trajetórias das incubadoras em economia solidária no Ceará:**

Nesse painel (Foto 16, a seguir), foram apresentadas e discutidas em suas peculiaridades experiências de incubação no estado do Ceará. Os convidados trouxeram uma reflexão sobre o papel das incubadoras nos Empreendimentos Econômicos Solidária (EES), considerando variadas formas e conteúdos que podem ser objeto do processo de incubação. Também foi abordada a importância da economia solidária como uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento sustentável e solidário, uma vez que fortalece aspectos importantes como autogestão, solidariedade e cooperação. Nesse painel, junto com o 5, também aprofundou-se a ideia de consumo solidário, quando foram apresentadas as boas práticas em economia solidária no âmbito do município de Fortaleza e do estado do Ceará.

Foto 16 – Painel 4



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

Participantes (da esquerda para a direita: Nicole Carvalho (Equipe PIRF Economia – UFC); Prof. Francisco Guedes (IEEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú), Profª Clébia Freitas (Intesol/Unilab), Profª Victoria Paiva (Iteps/UFCA), Maíra Nobre (Incubadora do IFCE) e Kathyana Silva (Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas, com apoio da UFC)².

✓ **Painel 5: Diálogos e Convergência da Economia Solidária com as outras economias na construção do bem viver:** O último painel (Fotos 17 e 18, abaixo) convergiu para a discussão sobre a relação virtuosa entre a economia solidária e outras economias, ensejando um trabalho articulado na construção do bem viver dos/as empreendedores/as, suas famílias e comunidade.

Fotos 17 e 18 – Painel 5



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

Participantes (da esquerda para a direita): André Ferreira (Economia Solidária), Eduardo Barbosa (Economia de Comunhão), Jonas de Jesus (Economia do Negro), Profª Victoria Paiva (Mediadora/UFCA), Thais Veras (Economias de Francisco) e Prof. Aécio Alves de Oliveira (Curso de Economia Ecológica da UFC). Também participaram Ana Célia Batista (Economia Feminista) e Rafael Silva (Economias de Francisco).

² O Prof. Osmar de Sá Ponte Jr esteve presente no evento, relatando a experiência da Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão da UFC (uma das primeiras criadas do Brasil), porém precisou ausentar-se antes do final do painel.

2.5 Ações Complementares

O 18º Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar foi realizado nos dias 12 e 13 de dezembro de 2019 pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), em parceria com a equipe do PIRF/UFC, instituições governamentais e não governamentais. A feira ocorre anualmente e tem como objetivo fortalecer os diferentes segmentos econômicos – artesanato, alimentação, agricultura orgânica, saúde e beleza, arte e cultura, entre outros – da área metropolitana e interior do estado do Ceará articulados à RCSES.

O Feirão oportunizou uma vivência de trocas solidárias inicialmente construída nas oficinas I e III, as quais impulsionaram os empreendedores a pensar em compras coletivas, consumo consciente e consciência ambiental.

Foto 19 – 18º Feirão de Economia Solidária e Agricultura Familiar, Praça da Gentilândia, Bairro Benfica



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

Foto 20 – Apresentação Cultural do Grupo Cordapés no 18º Feirão de Socioeconomia Solidária. Praça da Gentilândia



Fonte: Equipe PIRF/UFC, 2019.

2.6 Matriz de processos e atividades

O quadro a seguir mostra o detalhamento do percurso metodológico vivenciado, relacionando a cada processo as suas principais atividades.

Quadro 1 - Processos e Atividades PIRF- Economia

Processos	Atividades
Diagnóstico Socioeconômico e Produtivo	<ul style="list-style-type: none"> - Inventário de Estudos e Diagnósticos Socioeconômicos já existentes e socializados com o território/ZEIS Poço da Draga: a equipe de Economia se mobilizou para obter acesso a dados secundários sobre a realidade da população empregada e desempregada. Isso ocorreu por meio de teses, dissertações, artigos, sites das instituições e pelos documentos que constam no Plano Fortaleza 2040. No trabalho de levantamento dos dados observou-se uma insuficiência, e em alguns casos, inexistência de informações de Mercado de Trabalho da ZEIS. As informações coletadas referem-se em sua maioria ao bairro Centro e não ao Poço da Draga. - Sondagem junto ao IDT/SINE, PMF, Superintendência Regional do Trabalho, Entidades Não governamentais e Sindicatos para coleta e processamento de informações secundárias sobre o mercado de trabalho local: houve visitas às instituições com o objetivo de obter informações mais concretas sobre o mercado de trabalho que alimentasse a Oficina Diagnóstico Participativo (Oficina 1). Os resultados foram insuficientes para o Poço da Draga. - Mapeamento de Concentração de Atividades Socioeconômicas e produtivas existentes: foram considerados os dados levantados pela Cartografia Social da equipe PIRF/UFC, que indicou elementos de caracterização das atividades socioeconômicas e produtivas existentes na ZEIS Poço da Draga, isto é, quais são os segmentos, onde estão e como se relacionam entre si e com os bairros vizinhos. - Identificação de instituições públicas e privadas de apoio e fomento aos empreendimentos econômicos do território/ZEIS: a equipe de Economia

	<p>considerou, desde o início, de extrema importância a identificação dessas instituições. Esse trabalho foi realizado já nas primeiras reuniões de equipe e culminou no encontro entre essas entidades e a ZEIS no II Seminário Cearense de Economia Solidária e 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar (urbana e rural). O primeiro foi organizado pela equipe e o segundo pela rede estadual de economia solidária, em parceria com a equipe. Nesse espaço, houve troca de informações sobre as formas de atuação de cada instituição na ZEIS Poço da Draga.</p> <p>- Reuniões e/ou contatos com o Conselho Gestor, Instituições públicas e privadas e Entidades da sociedade civil organizada: buscou-se entidades que atuaram ou atuam na área de abrangência da ZEIS Poço da Draga e bairros vizinhos na perspectiva da mobilização e sensibilização para a construção participativa do Plano de Geração de Trabalho e Renda, bem como na disponibilização de informações de caráter socioeconômico e produtivo já coletadas e processadas.</p>
<p>Oficinas, Jornada e Eventos de Formação e Capacitação</p>	<p>- Reuniões com o Conselho Gestor e Mobilizadores Sociais com vistas à identificação de necessidades de formação profissional para segmentos da força de trabalho local e propor projetos: as informações já descritas no Diagnóstico Participativo e na Matriz Operacional do Plano indicaram, respectivamente, as necessidades de formação e capacitação específica, algumas delas realizadas no contexto das próprias Oficinas e Ações complementares, bem como outras demandas de modo mais continuado de curto, médio e longo prazos dispostas no Plano de Geração de Trabalho e Renda, mais especificamente, nas ações estratégicas que tratam da ampliação do acesso a conhecimentos para o desenvolvimento dos arranjos produtivos Comércio de Alimentos e de Bebidas.</p> <p>- OFICINAS (ver detalhamento no item 2)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Oficina I - Diagnóstico Participativo ✓ Oficina II - Planejamento e Economia Solidária ✓ Oficina III - Gestão Estratégica e Operacional ✓ Oficina IV - Plano de Negócio Sustentável e Solidário <p>As quatro oficinas citadas acima foram permeadas pelos seguintes temas:</p> <p>- Consumo Solidário e Conscientização Ambiental, com o estímulo à formação de redes solidárias e arranjos produtivos locais.</p> <p>- Bancos Públicos, dando ênfase à possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos solidários.</p> <p>- Articulação com Instituições públicas e privadas, acadêmicas e não acadêmicas, a fim de constituir Grupos de Apoio, visando ao Desenvolvimento Local Sustentável e Participativo.</p>
<p>Ações Complementares</p>	<p>Participação, juntamente com a equipe de arquitetura, de visita <i>in loco</i> à ZEIS Poço da Draga e comunidades adjacentes organizada pelo Conselho Gestor. O objetivo da visita foi identificar a capacidade produtiva presente nessa região. Dentre os empreendimentos observados, há predominância de mercadinhos. Além disso, foi possível identificar problemas estruturais como: a subutilização do calçadão que cruza a comunidade; debilidade no saneamento por falta de um sistema adequado de drenagem.</p>
<p>Plano de Geração de Trabalho e Renda</p>	<p>- Sistematização das informações de diagnóstico e formulação de ideias e proposições de geração de trabalho e renda construídas no processo de intervenção da equipe PIRF/UFC.</p> <p>- Elaboração e revisão do Produto final Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga.</p>

Fonte: Caderno de Planejamento Estratégico para Elaboração do PIRF, 2019.

As etapas executadas ao longo do período do projeto contaram com a interação entre equipes, instituições públicas e privadas, membros da comunidade, os quais se apresentaram como sujeitos importantes para a construção desse Plano.

3 FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES ORIENTADORAS DO PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DA ZEIS POÇO DA DRAGA

3.1 Arranjos Produtivos Locais e Economia Solidária: construindo uma estratégia de desenvolvimento da economia local

Ao se tratar de Arranjos Produtivos, busca-se fomentar a discussão em torno dos negócios que envolvem pequenos empreendimentos estabelecidos em uma comunidade em torno de potencialidades produtivas locais. Essa proposta parte da concepção de arranjos locais de pequenas empresas que interagem entre si, formulada por Lastres *et al.* (1999). Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) se inserem no contexto micro ao incorporar a perspectiva local a partir de suas potencialidades e da interação entre os/as agentes envolvidos/as na criação, aprendizagem e difusão do conhecimento. O conceito de arranjos produtivos traz consigo o relacionamento entre empreendedores/as locais e a cooperação ao longo do processo produtivo, que passam a ser vistos como elementos fundamentais enquanto estratégia de mercado para alcançar o desenvolvimento econômico. Assim, a interação local e a cooperação são requisitos primordiais para o aprendizado, o fortalecimento e o crescimento da produtividade, bem como para que os pequenos empreendimentos e demais instituições participantes melhorem seu desempenho e reforcem o desenvolvimento local (DALLA VECCHIA, 2006).

O IPEA (1999) realizou diversos estudos sobre os arranjos produtivos locais, quanto à forma, o produto, sua constituição e tamanho ou amadurecimento. O escopo do presente trabalho se direciona ao conceito, desenhado por ele, chamado de agrupamento potencial. Esse se dá quando existe, em uma localidade, a concentração de atividades produtivas que apresentem alguma característica comum, como uma tradição de uso de determinadas técnicas, mesmo artesanais, sem que esteja ocorrendo, contudo, uma organização ou uma ação conjunta entre os/as agentes econômicos/as da atividade existente.

Nesse sentido, os elementos catalisadores desse processo são as Associações, as Cooperativas, os Sindicatos, as ONGs, as Redes etc., que congregam e contemplam a institucionalização dessa concentração de pequenos/as empreendedores/as individuais, formalizados/as ou não. No contexto atual da ZEIS Poço da Draga, identificou-se o trabalho predominante da ONG Velaumar, a qual oferece ou articula capacitação profissional e atividades socioeducativas para a população. Ao longo dos últimos anos, essa ONG tem

estabelecido parcerias com várias instituições públicas e privadas, assim como sindicatos, equipamentos culturais, dentre outros. A partir de pesquisas históricas, identificou-se uma parceria pontual em 2013 do Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) no projeto Poço de Cultura, o qual teve por objetivo investir na formação artística e cultural da população.

Dentre as ações desenvolvidas por esses organismos, podem ser destacadas: a) desenvolvimento de programas compartilhados de certificação de treinamentos; b) convênios com entidades como o Senac ou Senai, visando qualificar a mão-de-obra local; c) participação em programas governamentais, dentre outros. De tal sorte, essas ações conjuntas dos setores público e privado criam as bases para a geração de externalidades positivas, estabelecidas a partir de uma maior participação e cooperação entre os diversos segmentos dessa comunidade (FARAH JÚNIOR, 2001).

Assim, conhecer as potencialidades locais, o mercado em volta, as possibilidades de articulação e crédito, bem como os pontos fortes e fracos de uma comunidade dá condições desses empreendedores alcançarem melhores resultados, tanto na questão econômica quanto social. Logo, por meio de uma melhor organização política, cultural, social e tecnológica local, o desenvolvimento econômico poderá gerar um resultado cada vez mais significativo para a comunidade e para diversos setores constituídos a partir de pequenos negócios (FARAH JÚNIOR, 2001).

Dentre os principais objetivos a serem alcançados, pode-se apontar a melhor distribuição do resultado econômico obtido, aliado à elevação na qualidade de vida da comunidade. Para tanto, é necessário que os empreendimentos surjam e se ampliem tanto na sua capacidade de inserção no mercado, individual e coletivamente, como na sua permanência nesse ambiente competitivo e global. Dentre as abordagens que se propõe a analisar os empreendimentos ou pequenos negócios, este trabalho priorizou o conceito de Arranjos Produtivos, apresentando uma estratégia de mobilização dos atores locais, com a identificação dos APLs na ZEIS, de modo a possibilitar a participação e a atuação conjunta, assim como a coordenação e o controle das ações e projetos encaminhados por meio do PIRF. Todo o esforço parte de uma abordagem participativa com o fim de estruturar e implementar uma proposta de geração de trabalho e renda a partir das potencialidades locais voltadas para a mudança e o desenvolvimento dos APLs em um contexto da economia solidária e sustentável.

Assim, a mobilização dos atores locais deve incluir, além dos agentes produtivos, a participação de representantes do poder local e de outros níveis com relevância para a especialidade do APL. São essas instituições com atuação no território da ZEIS, organizações

associativas, sindicatos, cooperativas, ONGs e lideranças comunitárias, relacionadas ou não ao negócio em foco, mas com ênfase na construção de negócios solidários. Logo, além da mobilização dos atores, a estratégia deve abordar o encaminhamento dos projetos priorizados pelos atores mobilizados, de forma a garantir a sistematização das ações e projetos, e o estabelecimento da governança dos APLs (AMORIM; MOREIRA; IPIRANGA, 2016).

Um APL de negócios solidários e sustentáveis pode ser uma estratégia para se alcançar o desenvolvimento local porque gera capacidade empreendedora, cooperação, autonomia, autogestão e fortalecimento da solidariedade. Isso ocorre em um ambiente onde há escassez de recursos, acirramento da competição de mercado e a força do capital. Nesse contexto, um arranjo produtivo baseado na solidariedade e sustentabilidade promove o fortalecimento local do comércio justo, atuando em prol de causas sociais e ambientais, uso colaborativo de espaços e recursos, e fortalece os laços interpessoais (MENDONÇA, 2011; SAMPAIO; MANTOVANELI JUNIOR; PELLIN, 2005).

As oficinas II e III realizadas pela equipe trabalharam a ideia de consumo solidário e conscientização ambiental impulsionando os empreendedores a pensar em compras coletivas, consumo consciente e consciência ambiental no contexto global e local.

Neste sentido, a oficina II trabalhou a economia solidária e sua organização produtiva, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo, baseando-se no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida ou bem-viver. A oficina III, por sua vez, proporcionou uma continuidade da discussão da oficina anterior.

Modelos de negócios solidários e sustentáveis foram apresentados considerando a sustentabilidade do Arranjo Produtivo de Comércio Ambulante. Como exemplo surgido na própria comunidade, tem-se o trabalho desenvolvido por mulheres recicladoras que produzem objetos de decoração (como cortinas, tapetes etc.) a partir da reutilização de materiais recicláveis coletados na cidade (como tampas de plástico, tarrafas etc.). Tal grupo, composto exclusivamente por mulheres moradoras da ZEIS Poço da Draga, foi batizado de “Recicleides” e busca aliar o desenvolvimento de arte local com elementos de economia criativa, a partir de uma ideia centrada na sustentabilidade. A partir disso avançou-se na compreensão da sustentabilidade do empreendimento, com instruções sobre: Redução de custos operacionais e Gestão de insumos e/ ou matérias-primas. Nessa perspectiva foram trabalhadas as possibilidades de ampliação do negócio para o mercado para produtos

orgânicos e veganos, ofertas mais naturais com baixo custo/ investimentos. Esse interesse é acompanhado da compreensão de que, para isso, torna-se necessário capacitar-se por meio de cursos e treinamentos. A oficina também abordou a importância da redução da geração de resíduos sólidos e da separação de lixo orgânico do inorgânico, assim como manter a área de trabalho limpa e organizada. Essas e outras discussões sobre sustentabilidade x gestão e negócios foram embasadas nas próprias experiências ditas por eles em oficinas anterior. A partir desse enfoque, nas atividades práticas realizadas, os empreendedores nessas oficinas trouxeram temas como as ameaças sofridas pela poluição do meio ambiente nos arredores para o negócio. Os painéis 4 e 5 aprofundaram a ideia de consumo solidário, quando foram apresentadas as boas práticas em economia solidária no âmbito do município de Fortaleza e do estado do Ceará.

Assim, os arranjos produtivos baseados nas potencialidades da ZEIS têm por objetivo promover a autogestão colaborativa, incentivando o capital social presente no território. Isto ocorre desde a tomada de decisões até a execução dos produtos ou serviços. Portanto, os APLs visam superar a mera participação individualista e descompromissada do ponto de vista sociopolítico, para fomentar ações e práticas relacionadas ao propósito de empreendedorismo solidário, responsável e sustentável.

3.2 Economia Solidária e Autogestão: princípios e estratégias de fortalecimento da economia local

A economia solidária é um modo de produção que tem como fundamento a propriedade coletiva ou associada e a liberdade individual (SINGER, 2002). Essa economia se origina com o avanço do capitalismo, também através de fatores como a exclusão social, e se consolida por meio de uma lógica diferenciada de produção e repartição da renda. Nesse caso, o trabalho e sua remuneração – da mesma forma que a sustentabilidade ecológica, cultural etc. – não são considerados custos de produção, mas “elementos fundamentais para se pensar o ponto de equilíbrio do negócio” (ANTEAG, 2005).

Os dois aspectos que estruturam a proposta da economia solidária são:

- ✓ Solidarismo entre os/as trabalhadores/as e os empreendimentos – para além da competição que predomina no mercado;
- ✓ Autogestão, a qual se caracteriza por uma gestão descentralizada em que todos/as os/as sócios/as se envolvem, contrapondo-se à gestão centralizada e hierárquica das

empresas convencionais. No empreendimento solidário, prevalece o interesse dos/as sócios/as, tendo as assembleias como espaços de reunião para tomada de decisão.

Essas características surgem *pari passu* com o processo histórico que origina a própria economia solidária; diferente daquele caminho pelo qual surgem as empresas capitalistas, resultantes da cooperação entre sujeitos desiguais – proprietários e não proprietários do capital –, na economia solidária, os empreendimentos surgem da união entre “iguais”, ainda que sejam setores majoritariamente excluídos do acesso ao capital. A autogestão se coloca como instrumento capaz de conciliar interesses entre os segmentos empobrecidos da população e permite-lhes ampliar a escala de cooperação (trabalho coletivo) e, assim, se fortalecer economicamente (FURTADO, 1998).

Vale, ademais, considerar a economia solidária como uma práxis pedagógica (GADOTTI, 2016), ou seja, um processo formativo dos/as trabalhadores/as, no qual eles/as se “enriquecem” não apenas coletivamente (através da cooperação), como acontece nas grandes empresas, mas individualmente, na medida em que tanto a necessidade de tomar decisões coletivas que favoreçam a empresa, como a troca de saberes e conhecimentos que surge em um ambiente onde se compartilha objetivos produtivos comuns, acabam por favorecer a qualificação dos/as trabalhadores/as do ponto de vista individual. Da mesma forma, as parcerias com grupos de apoio, consumidores e gestores públicos contribuem para a potencialização do ambiente pedagógico nos EES.

Resulta, com isso, no que se refere à gestão dos processos de geração de trabalho e renda na ZEIS Poço da Draga, que a participação coletiva e solidária poderá contribuir na superação dos obstáculos existentes no território a uma ação inclusiva dessa natureza.

Desse modo, o Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS Poço da Draga se insere, também através de sua equipe de Economia, e desse Plano de Geração de Trabalho e Renda, no processo de fortalecimento das políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade econômica e social, fatores amplamente relacionados à degradação social e do meio ambiente, que precisam ser enfrentados, notadamente, a fim de evitar que o crescimento das desigualdades comprometa a própria capacidade de superação dos obstáculos ao desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a economia solidária se coloca como alternativa ao desemprego e à precarização das relações de trabalho seja no aspecto micro, da geração de oportunidades econômicas para populações de baixa renda, ou no plano macro, pelo estímulo econômico gerado a partir do seu potencial de consumo, sem esquecer as demandas sociais e ambientais.

3.3 Planejamento Estratégico e Operacional: ferramenta de desenvolvimento da economia local

Ao se fazer um plano de ação na ZEIS para gerar trabalho e renda a partir das potencialidades locais, de forma solidária e sustentável, considera-se importante elaborar um planejamento estratégico, a fim de minimizar as limitações e as ameaças identificadas em cada APL e, assim, permitir o alcance dos objetivos propostos. A falta de organização desses agentes econômicos e o não ordenamento e conhecimento das ações sobre os fornecedores, os clientes, a inter-relação entre os agentes solidários locais, a elaboração e a disposição dos produtos, o marketing e o balanço contábil podem dificultar ou frustrar a obtenção de lucros e até levar ao fracasso do negócio (BEHR; LIMA, 1999; FERREIRA, 2012).

O planejamento é um dos processos administrativos, que inclui previsão, organização, comando, coordenação e controle, ou seja, uma atividade de previsão que seria o mesmo de um planejamento da ação empresarial, de gestão (FAYOL *apud* TERENCE, 2002). Assim, a falta de planejamento é a maior causa dos insucessos dos empreendimentos, pequenos ou médios, ao contrário do que se pensa sobre a falta de recursos, erroneamente apontada como maior problema de gestão. Logo, o planejamento estratégico se apresenta como ferramenta administrativa relevante na operacionalização do negócio, isso porque proporciona reflexão, análise e melhor interação da empresa com o seu ambiente interno e externo, auxiliando o empreendedor no direcionamento de seus recursos e nas ações da empresa, visando a atingir os seus objetivos (BERTOLI NETO, 1997).

A formação de arranjos produtivos a partir dos princípios da economia solidária exige um planejamento, a fim de vencer os obstáculos presentes e futuros e prever cenários. Além disso, possibilita estratégias a fim de consolidar os pequenos negócios mediante os grandes empreendimentos e as adversidades conjunturais, dado o desafio de garantir seu desenvolvimento. A organização participativa e a cooperação, na medida em que fortalecem laços fraternos e de consciência do ser humano, promovem forças econômicas e políticas – do ponto de vista das relações com o poder público – de forma interligada. Uma comunidade “empoderada” é um ambiente favorável à criação, ao gerenciamento e ao desenvolvimento de empreendimentos. Amartya Sen (2000) corrobora essa ideia, pois, segundo ele, a concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além de variáveis relacionadas à renda. O

desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria das condições de vida e a ampliação das liberdades individuais e coletivas.

Entretanto, o novo cotidiano de trabalho (coletivo, democrático e autogestionário) apresenta demandas de natureza diversa que requerem ações imediatas que garantam o cumprimento das atividades, processamento e comercialização de produtos. Paralelamente, a experiência de trabalho subordinado ou precarizado e a baixa escolaridade da maioria dos membros desses grupos se apresentam como obstáculos adicionais a serem superados para que realizem atividades de planejamento do trabalho e do desenvolvimento do empreendimento (BENI, 1999).

A adoção de um planejamento estratégico de autogestão tem sido difundida no Brasil como promotora do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), por intermédio de diversas parcerias entre organizações governamentais e não governamentais. Assim, um planejamento pode ser uma ferramenta estratégica e promotora do desenvolvimento local, se baseada em:

- ✓ Participação organizada da comunidade local;
- ✓ Capacitação continuada para o planejamento e a gestão compartilhada do desenvolvimento;
- ✓ Oferta articulada e convergente de investimentos governamentais e não governamentais;
- ✓ Difusão da cultura empreendedora e apoio ao empreendedorismo local; oferta adequada de crédito para micro e pequenos/as empreendedores/as, como o microcrédito (SILVEIRA; REIS, 2001).

A realização de um planejamento com a participação das lideranças locais, a capacitação e a organização solidária pode ser uma estratégia que contribui para a construção do caminho a ser percorrido pelos/as pequenos/as empreendedores/as locais e sustentáveis. A utilização de ferramentas desse tipo é fundamental para que os/as trabalhadores/as possam se preparar para o futuro em cooperação, a partir do reconhecimento de sua condição atual, da identificação de cenários possíveis, do levantamento de suas demandas e da definição das ações necessárias para tornar real o idealizado.

3.4 Empreendedorismo e Inovação: Tecnologias Sociais apropriadas ao desenvolvimento dos empreendimentos locais

De início, é importante ressaltar que o percurso metodológico para a elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda, no âmbito do PIRF/UFC, utilizou-se de três tecnologias sociais, sendo essas devidamente ajustadas à realidade da ZEIS Poço da Draga, a saber: Metodologia GESPAR – Gestão Participativa para o Desenvolvimento, Metodologia de Sustentabilidade da Fundação Banco do Brasil e Plano de Negócio/Sustentabilidade desenvolvido pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG).

No caso da realidade da ZEIS Poço da Draga, interessa considerar o empreendedorismo e a inovação voltada para a tecnologia social (TS), aqui compreendida como técnicas, produtos ou metodologias capazes de possibilitar a participação direta da comunidade na construção do processo de desenvolvimento, valorizando o saber popular aliando-o ao científico, buscando a melhor eficácia e eficiência na sua utilização, com objetivo de reaplicá-las em grande escala, tornando-a acessível a outras pessoas que demandam dessa tecnologia.

Em outras palavras, pode-se afirmar que a tecnologia social consegue jogar um olhar sistêmico sobre a realidade ao considerar os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, inerentes às desigualdades e à exclusão social. Contrariamente, as tecnologias convencionais não atendem às demandas e necessidades dos empreendimentos econômicos locais (individual-solidário), ainda que eficientes para a promoção da competitividade e lucratividade das empresas, e, na maioria das vezes, não conseguem promover a inclusão social e minimizar os problemas socioambientais.

Enfim, na perspectiva da TS, o conhecimento da ciência e tecnologia tem que ser direcionado a resolver os grandes problemas que emergem da sociedade atual – como desemprego/informalidade, moradia precária, insegurança, doenças, entre outros – e, em particular, a temática geração de trabalho e renda consubstanciada no Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga.

Apresentados os quatro fundamentos e conceitos que dão sustentação à elaboração do Plano em pauta, procede-se, agora, ao diagnóstico analítico do arranjo produtivo comércio ambulante, subdividido em alimentação e bebidas, antecedido por uma análise diagnóstica geral, na qual se contextualiza a situação socioeconômica da ZEIS Poço da Draga e do arranjo

referido, incluindo os eixos gerais de ação sugeridos. Ao final, apresentar-se-á a Matriz de Planejamento Operacional como ferramenta concreta para orientar a execução das propostas aqui elencadas.

Os estudos realizados pela equipe do PIRF/UFC, na ZEIS Poço da Draga, levantaram dados socioeconômicos nesse território ao mesmo tempo identificando características peculiares como a predominância do sexo feminino (57,14%) na ZEIS. A pesquisa também mostrou uma comunidade formada por moradores/as muito antigos. 23,81% dos/as entrevistados/as moravam há mais de 40 anos na localidade e o mesmo percentual cabe àqueles que moram há mais de 20 anos. Apenas 9,52% moram entre 5 e 10 anos.

Os estudos também mostraram que, de acordo com 14,29% dos/as entrevistados/as, a principal instituição apoiadora da comunidade são as ONGs e os órgãos federais, estaduais e municipais. No entanto, o percentual de pessoas que não souberam responder essa pergunta ultrapassou 50% dos/as entrevistados/as.

Como em outras ZEIS, a Poço da Draga tem convivido com altos índices de violência. Esse contexto interfere diretamente no desenvolvimento econômico. Os dados abaixo apresentam de forma mais detalhada esse tema. Esses foram levantados nas instituições públicas de segurança e condizem com a realidade entre 2017 e 2019.

4.1.1 Violência e Criminalidade

A violência pode ser definida como todo ato de coação, envolvendo um ou vários atores que produz efeitos sobre a integridade física ou moral de pessoas. Nesse sentido, há a violência física, imputando dor física à vítima, ultimando com a cessação da vida (homicídio), e a simbólica, que se manifesta em diferentes formas de discriminação e que nem sempre é percebida como forma de violência.

Crime, por sua vez, pode ser definido pelo conjunto de leis que constitui o ordenamento jurídico de um país, válido para uma determinada época e sociedade. Já o conceito de violência vai além, estando relacionado com aspectos das ações humanas, sejam elas puníveis ou não, que pode causar danos físicos, morais ou psicológicos ao próprio agente e/ou a outras pessoas.

O crescimento da violência e da criminalidade, além de gerar insegurança e instabilidade, faz com que a sociedade se sinta suscetível a ameaças e torne-se refém do medo, reforçando os estereótipos, as barreiras sociais, os preconceitos e a não-aceitação das diferenças socioculturais.

A partir desses breves conceitos, é possível tracejar um panorama acerca da criminalidade e da violência nas ZEIS Poço da Draga, tendo como referência os registros de

ocorrências da base de dados do Sistema de Informações Policiais da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SIP/SSPDS).

4.1.2 Violência e Criminalidade em Fortaleza: informativo sobre a ZEIS Poço da Draga

O objeto da presente seção é apresentar um desenho acerca da criminalidade e da violência vivenciada pela população que habita a ZEIS Poço da Draga, tomando como referência a região geográfica que circunvizinha as delimitações dos seus territórios (bairros vizinhos), delimitada pelas Áreas Integradas de Segurança (AIS).

A ZEIS Poço da Draga contempla duas regiões de segurança, a AIS 1 e a AIS 4 que, por sua vez, compreendem os seguintes bairros de Fortaleza: Cais do Porto, Vicente Pizon, Mucuripe, Aldeota, Varjota, Praia de Iracema, Meireles, Centro, Moura Brasil, Carlito Pamplona, Álvaro Weyne, Vila Ellery, Monte Castelo, Farias Brito, São Gerardo e Jacarecanga.

A amostra apresentada se perfaz dentro do levantamento líquido de ocorrências registradas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social nas AIS 1 e AIS 4, limitada aos anos de 2019, 2018 e 2017, diante da alteração geográfica de abrangência de cada AIS ocorrida a partir do ano de 2017.

A partir dos referidos dados, é possível construir uma base comparativa sobre os índices de criminalidade e violência na área que integra a ZEIS Poço da Draga, de forma a apresentar uma série histórica para orientar as avaliações das políticas de prevenção e de segurança urbana, dentro da finalidade a que se propõe o Plano Integrado de Regularização Fundiária de Fortaleza, no tocante à geração de emprego e renda.

Para efeito de categorização de dados, têm-se como referência as seguintes categorias:

a) Mortes Violentas (homicídios, lesão corporal seguida de morte, infanticídio, aborto provocado e/ou induzido, suicídio, induzimento ao suicídio, morte no trânsito, outras mortes acidentais e outros crimes contra a vida);

b) Crimes Violentos contra o Patrimônio - Roubos (subtração do bem segurado mediante grave ameaça ou violência à pessoa), subdivididos em:

*CVP 1 - roubo à pessoa, roubo de documentos e outros roubos que não estão incluídos no CVP 2, exceto latrocínio, e

****CVP 2 - roubo à residência, roubo com restrição de liberdade da vítima, roubo de carga e roubo de veículos, exceto latrocínio.**

c) Furtos (difere do roubo por ser praticado sem emprego de violência contra a pessoa ou grave ameaça);

d) Apreensão de armas de fogo;

e) Crimes Sexuais.

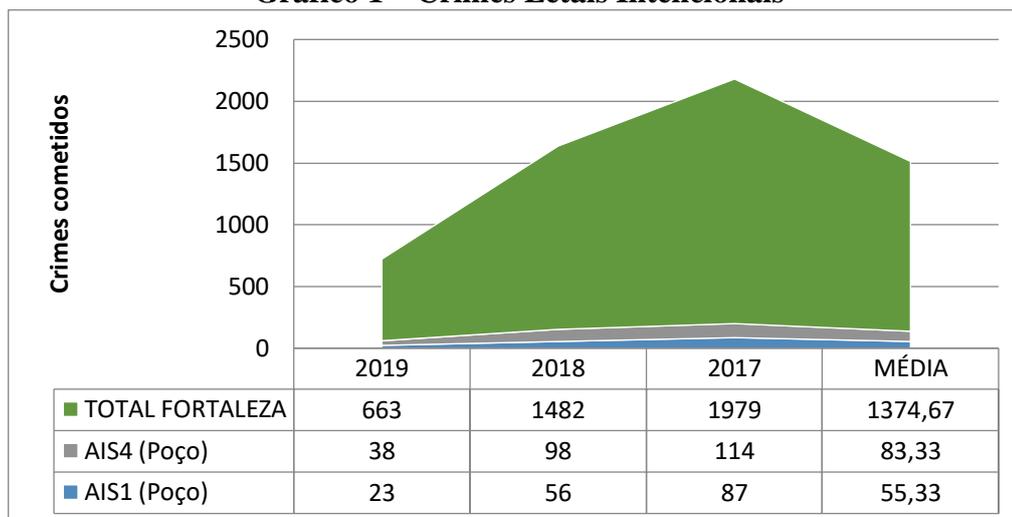
a) Crimes violentos letais intencionais

Os crimes violentos letais intencionais se constituem como posturas em que o bem maior protegido pela Constituição Federal de 1988, ou seja, a vida, é o principal patrimônio ofendido. Igualmente, são crimes que se apresentam, na maioria das vezes, como reflexo de uma violência social caracterizada pela ausência de políticas públicas eficientes na contenção de desigualdades.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Poço da Draga, observou-se uma redução desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. A redução entre os anos de 2017 e 2019 foi de 69,66%, conforme se apresentado no Gráfico 1, a seguir, tendo como média a quantidade de 69,33 registros por ano.

Todavia, quando se compara o percentual desses crimes cometidos nas AIS 1 e AIS 4 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, percebe-se que houve uma leve redução no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados nas AIS 1 e AIS 4 foi de 9,2%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 10,15%.

Gráfico 1 – Crimes Letais Intencionais



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

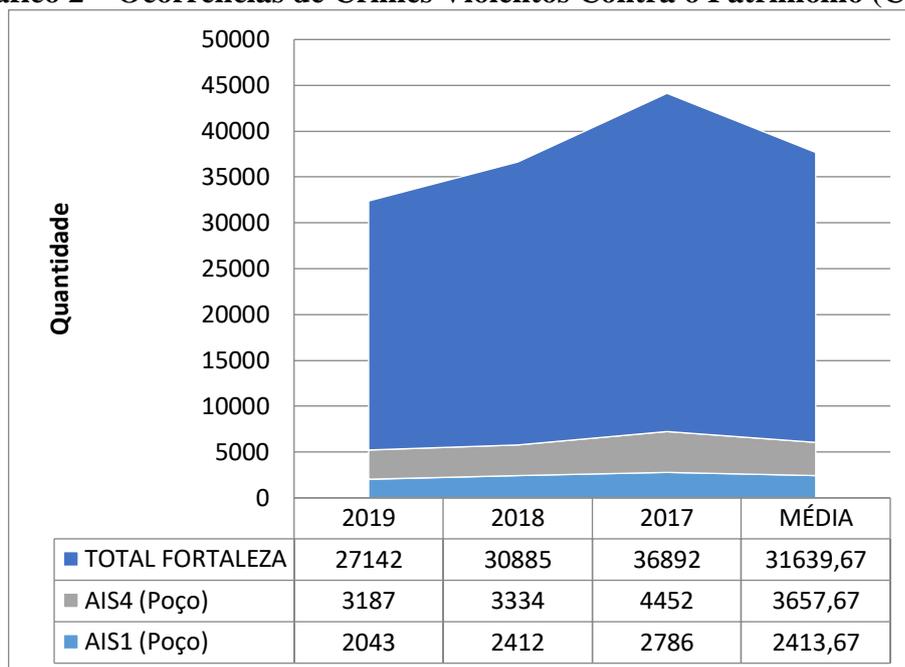
b) Crimes violentos contra o patrimônio * CVP1

Os crimes violentos contra o patrimônio, dentro da categoria CVP1, constituem-se de posturas em que o bem protegido pela conduta de outrem é o patrimônio da pessoa física, caracterizada pelo uso da violência. Caracterizam-se como crimes que geram, na sociedade, insegurança por ausência ou carência de policiamento preparado em zonas de alto risco.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Poço da Draga, observou-se uma redução desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. A redução entre os anos de 2017 e 2019 foi de 26,66%, conforme se apresenta no Gráfico 2, a seguir, tendo como média a quantidade de 3035,67 registros por ano.

Referido indicador, quando comparado o percentual desses crimes cometidos nas AIS 1 e AIS 4 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, aponta que houve uma pequena redução no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados nas AIS 1 e AIS 4 foi de 19,26%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 19,61%.

Gráfico 2 – Ocorrências de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP1)



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

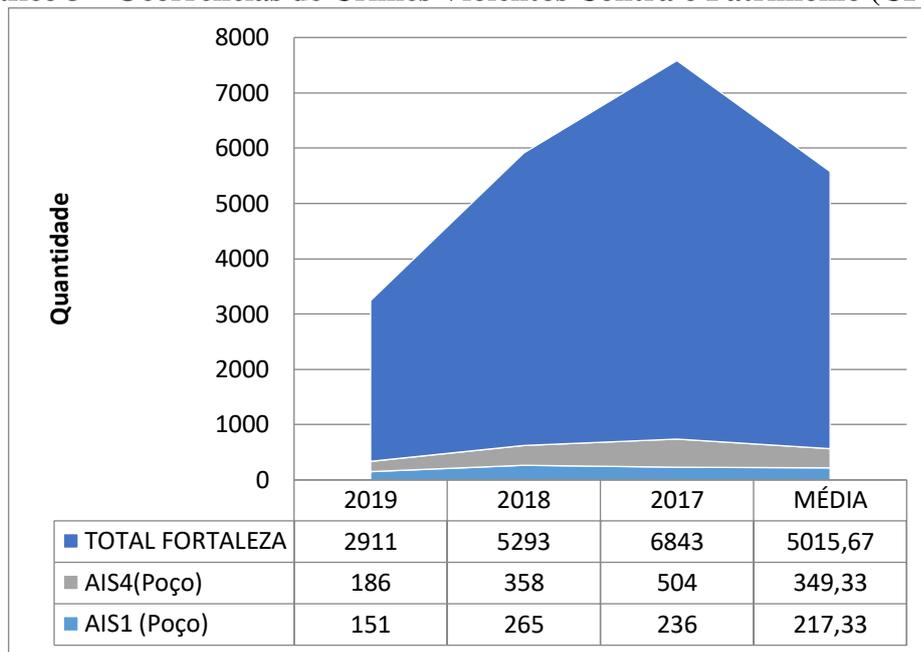
c) Crimes violentos contra o patrimônio ** CVP2

Os crimes violentos contra o patrimônio, dentro da categoria CVP2, constituem-se como posturas em que o bem protegido pela conduta de outrem é o patrimônio da pessoa física ou jurídica, resguardada em imóveis (casas, empresas etc.) caracterizada pelo uso da violência. Configuram-se como crimes que geram, na sociedade, sentimento de insegurança por ausência ou carência de policiamento preparado em zonas de alto risco e pelo alto índice de violência física impetrada pelos criminosos.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Poço da Draga, observou-se uma expressiva redução desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. A redução entre os anos de 2017 e 2019 foi 54,45%, conforme se apresenta no Gráfico 3, a seguir, tendo como média a quantidade de 283,33 registros por ano.

Referido indicador, quando comparado o percentual desses crimes cometidos nas AIS 1 e AIS 4 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, aponta para um aumento no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados nas AIS 1 e AIS 4 foi de 11,57%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 10,81%.

Gráfico 3 – Ocorrências de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CPV2)



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

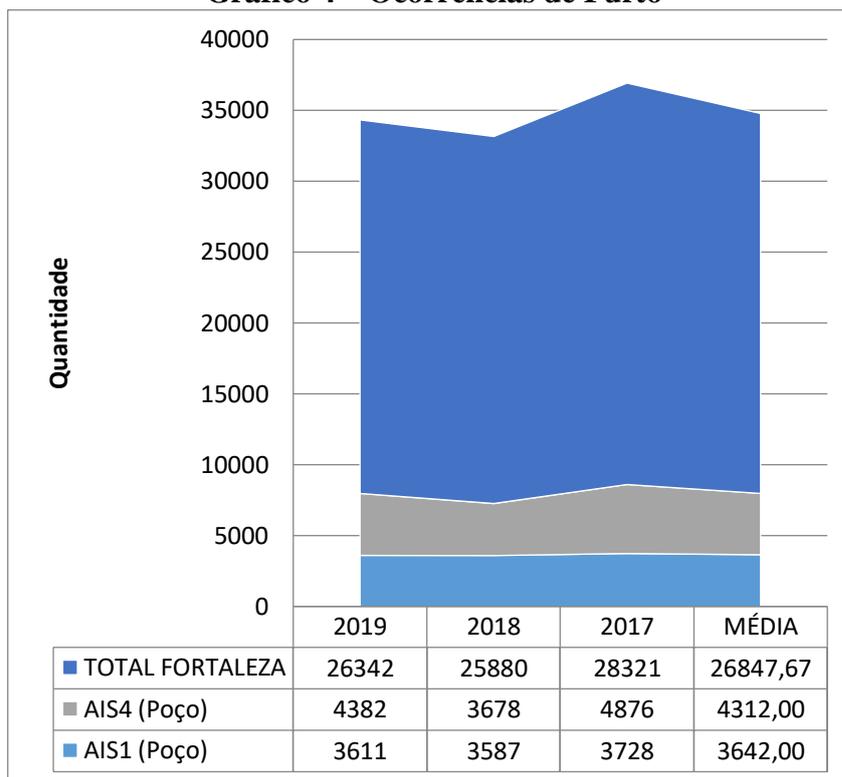
d) Crimes de Furto

Os crimes de furto se constituem como uma categoria em que o bem protegido pela conduta de outrem ainda é o patrimônio da pessoa física ou jurídica, porém referida conduta criminosa não é caracterizada pelo uso da violência. Também se configuram como crimes que geram, na sociedade, sentimento de insegurança e impunidade, por serem de difícil solução.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Poço da Draga, observou-se uma pequena redução desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. A redução entre 2017 a 2019 foi de apenas 7,10%, conforme se apresenta no Gráfico 4, a seguir, tendo como média a quantidade de 3977 registros por ano.

Referido indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos nas AIS 1 e AIS 4 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, mostra que praticamente não houve alteração quanto ao registro de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados nas AIS 1 e AIS 4 foi de 30,34%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 30,38%.

Gráfico 4 – Ocorrências de Furto



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

e) Crimes de apreensão de armas de fogo

Os crimes tratados nesse indicador referem-se à apreensão das armas de fogo, portadas por pessoas sem a regularização de porte ou a inexistência de documento probatória da regularidade da arma.

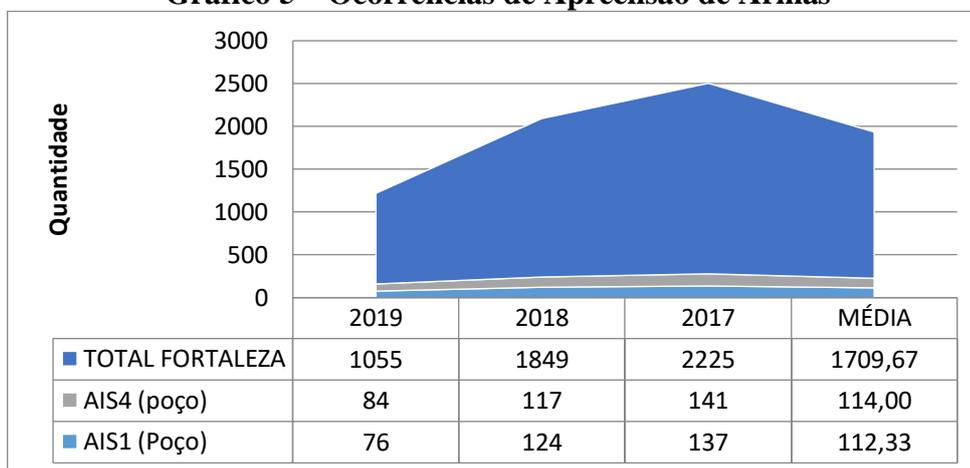
Trata-se, portanto, de uma medida que visa preservar a columidade pública, evitando o potencial risco à sociedade com a posse por pessoas não autorizadas de armas de fogo irregulares ou de forma indevida. Também podem ser categorizados como crime cumulado a outra postura criminosa, eis que geralmente estão relacionados com a prática de outros crimes, como o roubo ou o homicídio.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Poço da Draga, observou-se uma expressiva redução desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. A redução entre 2017 e 2019 foi 42,44%, conforme se apresenta no Gráfico 5, a seguir, tendo como média a quantidade de 113,16 registros por ano.

Referido indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos nas AIS 1 e AIS 4 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica um expressivo aumento no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019,

o percentual desses tipos de crimes registrados nas AIS 1 e AIS 4 foi de 15,16%, em relação a toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 12,49%.

Gráfico 5 – Ocorrências de Apreensão de Armas



Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

e) Crimes sexuais

Os crimes tratados neste indicador referem-se a todos os registros de vítimas afetadas por condutas relacionadas ao constrangimento, ao abuso ou à violência de cunho sexual.

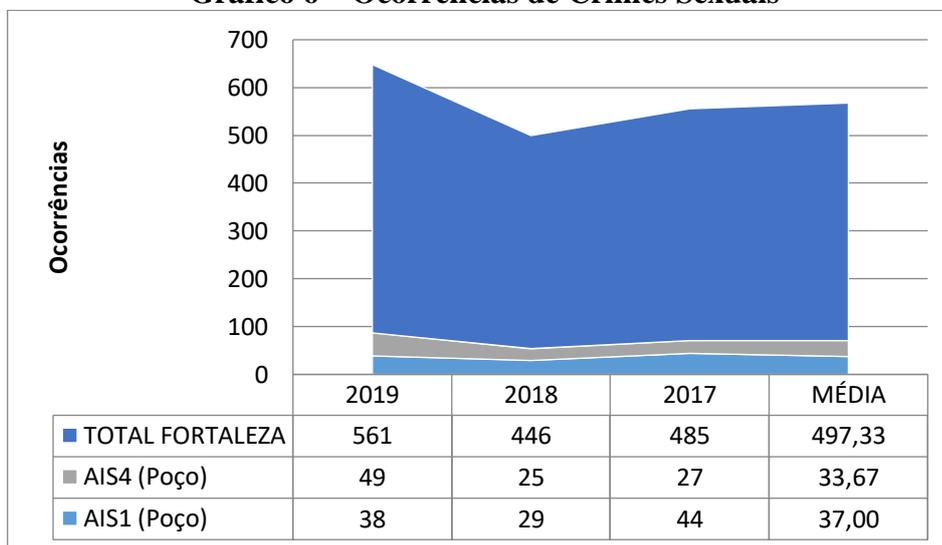
Por se tratar de crimes que se relacionam com questões sociais ligadas, em sua maioria, à questão de gênero, representa um forte indicador para atuação de políticas públicas na salvaguarda da sociedade, tanto no que concerne ao papel repressivo, quanto educativo. Embora a lei não faça distinção de gênero, no que concerne a esse tipo de crime, em sua maioria, apresenta-se como um crime cometido contra a mulher.

No que se refere à evolução desse indicador, na região que circunda a ZEIS Poço da Draga, observou-se um aumento desse tipo de criminalidade dentro da série estatística trienal observada. O aumento havido entre 2017 e 2019 foi 22%, conforme se apresenta no Gráfico 6, a seguir, tendo como média a quantidade de 35,33 registros por ano.

Referido indicador, porém, quando comparado o percentual desses crimes cometidos nas AIS 1 e AIS 4 em relação ao município de Fortaleza, dentro da faixa trienal observada, indica um aumento no número de ocorrências, eis que, no ano de 2019, o percentual desses tipos de crimes registrados nas AIS 1 e AIS 4 foi de 15,50%, em relação a

toda Fortaleza, em comparação ao percentual dos mesmos crimes no ano de 2017, que foi de 14,63%.

Gráfico 6 – Ocorrências de Crimes Sexuais



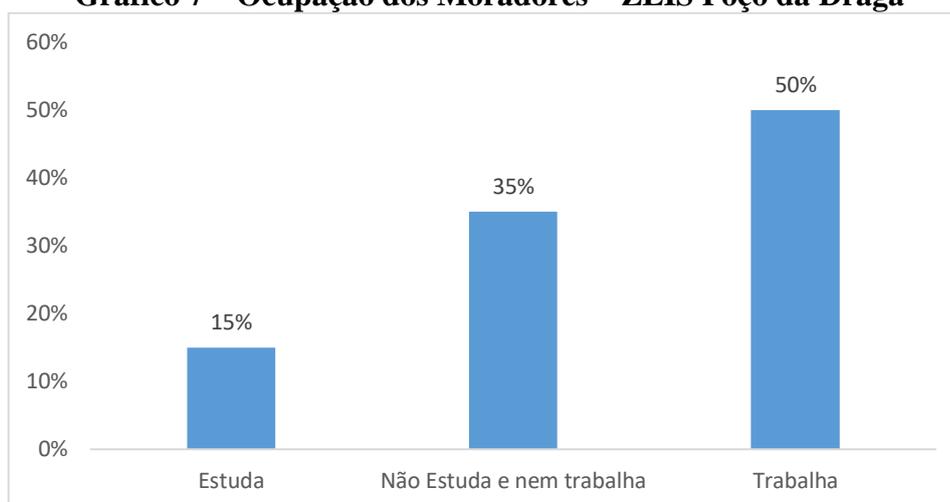
Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, 2020. Elaboração própria.

4.1.3 Mercado de Trabalho e Economia Solidária

Devido à ausência de dados secundários que permitissem realizar a caracterização da população quanto ao mercado de trabalho em nível da ZEIS Poço da Draga, utilizou-se dados da pesquisa primária feita pela equipe PIRF/UFC, composta de uma amostra de 20 moradores³. A análise a seguir refere-se à determinação do perfil geral do mercado de trabalho nos quesitos ocupação, natureza do trabalho e atividade econômica identificada pela comunidade.

³ O método estatístico utilizado nessa pesquisa foi detalhado no Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, Físicoambiental, Urbanístico e Fundiário do Plano Integrado de Regularização Fundiária (2019).

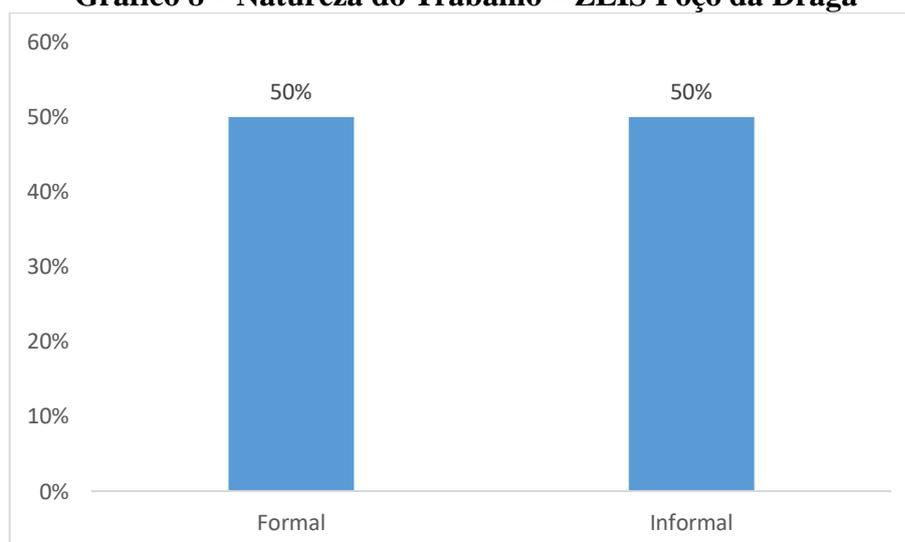
Gráfico 7 – Ocupação dos Moradores – ZEIS Poço da Draga



Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF UFC, 2019.

Conforme o Gráfico 7, acima, cerca de 65% dos moradores está inserido em algum tipo de ocupação, a maior parte realiza algum tipo de trabalho (50% do total) enquanto 15% estuda. Entretanto, o fenômeno da desocupação atinge um número significativo de moradores da ZEIS visto que cerca de 35% dos mesmos não estudam nem trabalham, percentual fortemente acima da média cearense de 11,3% no terceiro semestre de 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional de Domicílios/PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 8 – Natureza do Trabalho – ZEIS Poço da Draga

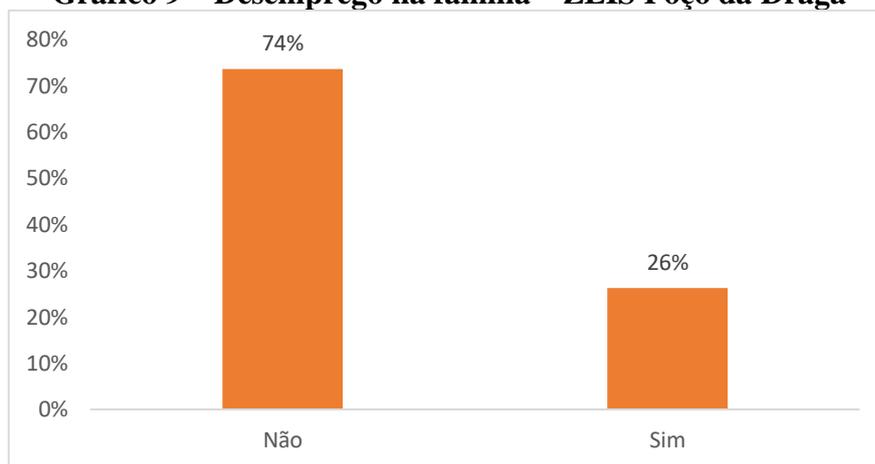


Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF UFC, 2019.

No que se refere à natureza do trabalho realizado, de acordo com o Gráfico 8, acima, o mesmo se divide de forma igualitária entre mercado formal e informal (50%, cada).

Esses indicadores corroboram com a média cearense que foi ainda maior no ano de 2019, chegando a 55% de trabalhadores na informalidade, segundo a PNAD Contínua/IBGE. Ressalte-se que tais dados caracterizam forte variável de estímulo à precarização do trabalho local.

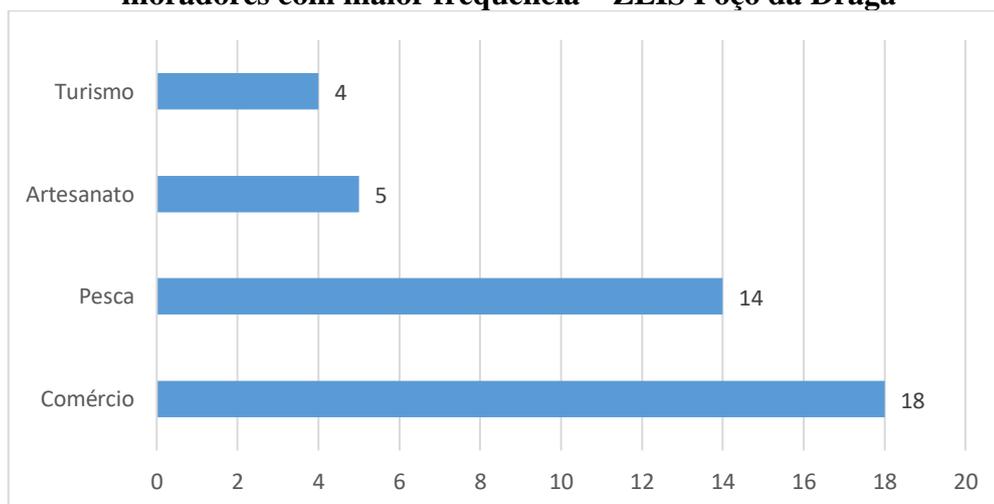
Gráfico 9 – Desemprego na família – ZEIS Poço da Draga



Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF UFC, 2019.

Moradores que possuem algum familiar desempregado, conforme o Gráfico 9, acima, correspondem a 26%, enquanto 74% não possuem familiares desempregados, o que demonstra uma variável positiva de dinamização econômica da ZEIS.

Gráfico 10 – Atividades econômicas reconhecidas pelos/as moradores com maior frequência – ZEIS Poço da Draga

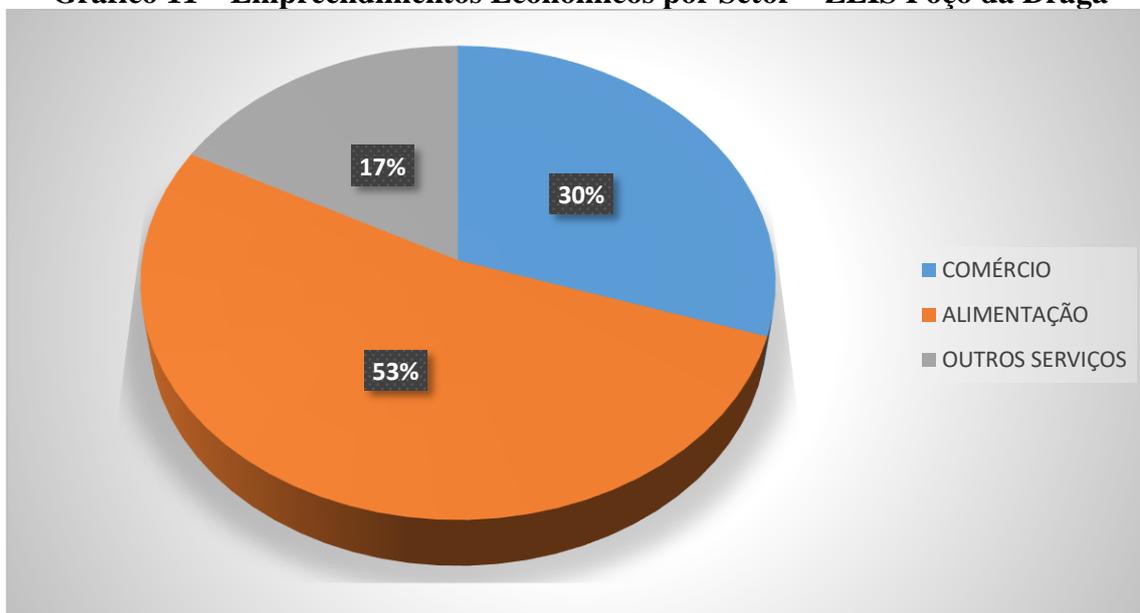


Fonte: Questionário elaborado pela Equipe PIRF/UFC (2019).

A atividade comercial possui forte relevância para os moradores, mais de 90% a reconheceram como relevante para o local. Em seguida, vem a pesca, atividade que remonta às raízes locais. A localização do Poço da Draga se mostra estratégica também para o turismo de base comunitária, com forte potencial de desenvolvimento devido à capacidade do lugar onde está situada a ZEIS de atrair pessoas de diversos estados e países.

Outra ferramenta de levantamento de dados primários utilizada pela equipe PIRF/UFC foi a etnografia rua a rua da ZEIS Poço da Draga, na qual foram identificados os seguintes percentuais de empreendimentos econômicos por setor, conforme o Gráfico 11, a seguir:

Gráfico 11 – Empreendimentos Econômicos por Setor – ZEIS Poço da Draga

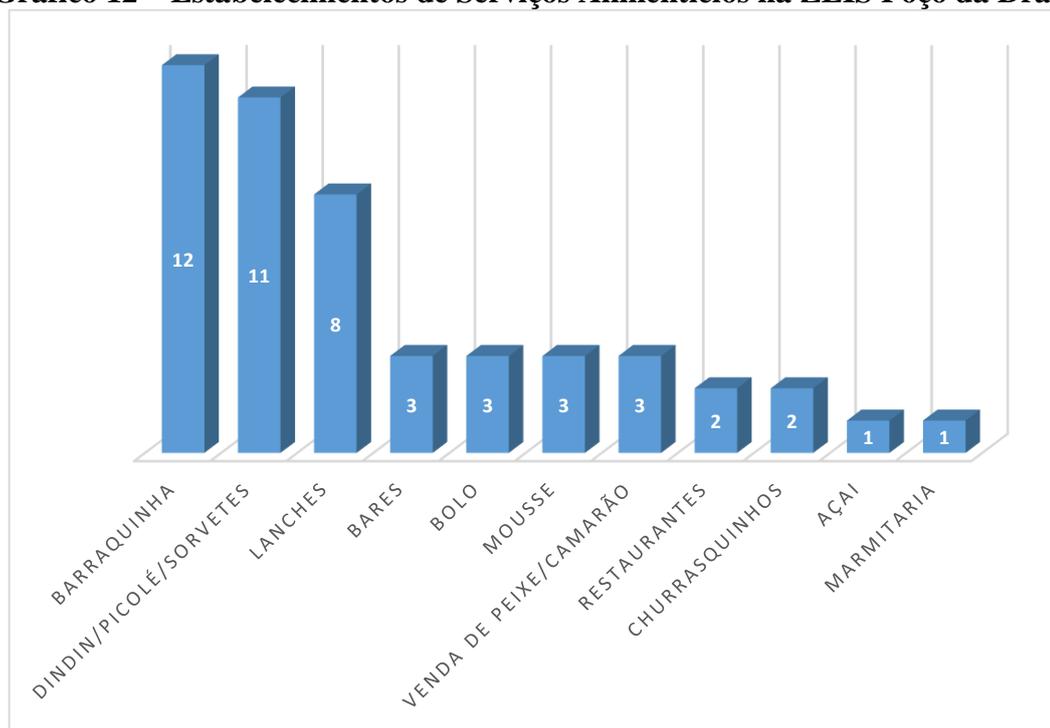


Fonte: Etnografia rua a rua da ZEIS Poço da Draga, PIRF/UFC, 2019.

✓ **Setor de Serviços Alimentícios (Alimentos e Bebidas)**

No que se refere à prestação de serviços relacionados com alimentos e bebidas, a comunidade se destaca pela quantidade e pela diversidade de produtos oferecidos, como se pode verificar no Gráfico 12, abaixo.

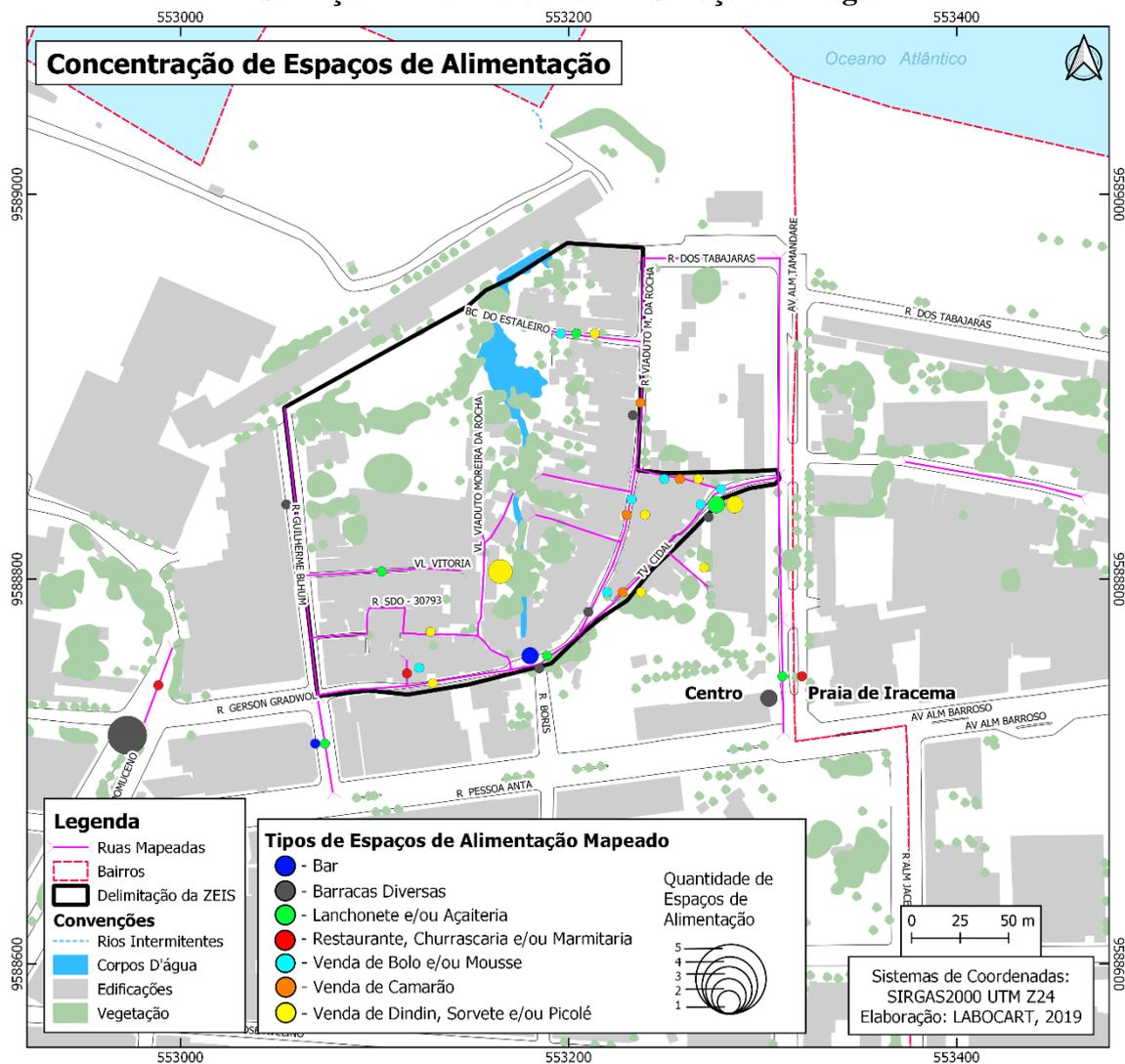
Gráfico 12 – Estabelecimentos de Serviços Alimentícios na ZEIS Poço da Draga



Fonte: Etnografia rua a rua da ZEIS Poço da Draga, PIRF/UFC, 2019.

A maioria dos/as empreendedores/as dessas atividades são vendedores/as autônomos/as, que não possuem outra renda além da desenvolvida com a atividade, como é o caso dos/as possuidores/as de barraquinhas de lanches ou aqueles que vendem bolos, camarões e peixes. A Figura 3, abaixo, destaca a concentração espacial dos estabelecimentos de serviços alimentícios na ZEIS Poço da Draga.

Figura 3 – Mapa de Concentração de Estabelecimentos de Serviços Alimentícios na ZEIS Poço da Draga



Fonte: Etnografia rua a rua da ZEIS Poço da Draga, PIRF/UFC, 2019.

Por não possuírem uma formalização ou organização/gestão mais eficiente de seus negócios, acabam por não conseguir expandir suas atividades para além das fronteiras da ZEIS. Essas mesmas características apontaram para o desenvolvimento de um trabalho voltado à organização de APLs, quando a ideia de EESs tende a reforçar a troca de experiências entre os/as empreendedores/as, criando redes de organização capazes de aliar a busca por menores preços de matéria prima, por exemplo, à organização visando à armazenagem e à venda dos produtos.

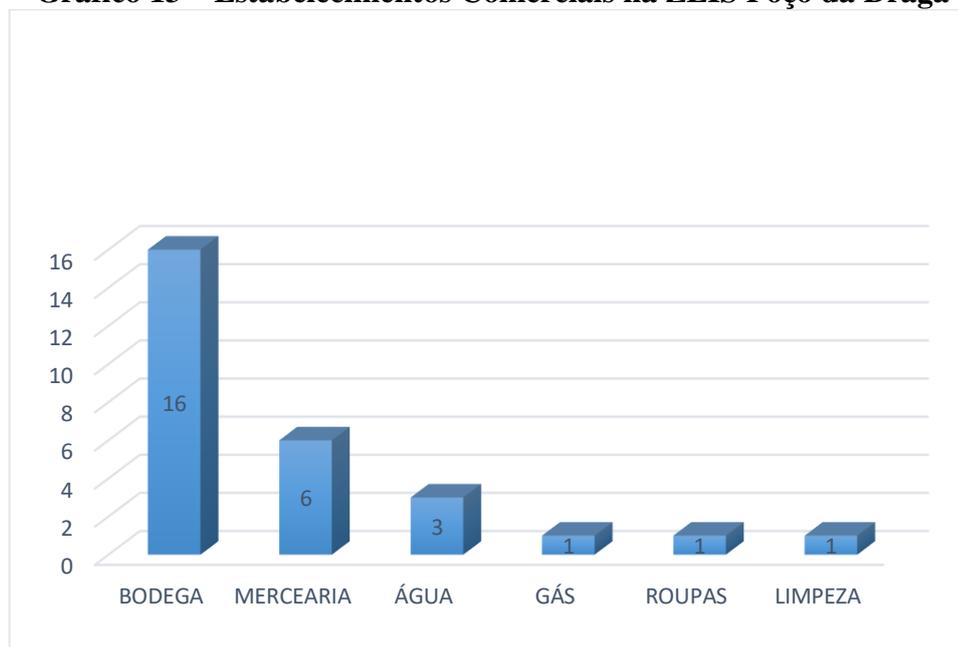
Vale citar que, embora alguns dos serviços alimentícios oferecidos na ZEIS Poço da Draga se voltem para o consumo da própria comunidade (como os *dindins*, picolés e bares), outros já são oferecidos para fora da mesma, como a marmitaria que fornece alimentação para trabalhadores/as de empresas próximas à ZEIS, gerando renda local e

incentivando o empreendedorismo e estratégias de marketing, como a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para divulgação de seus produtos.

✓ **Setor de comércio**

O comércio desenvolvido na ZEIS Poço da Draga se apresenta, em alguma medida, diversificado, conforme o Gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13 – Estabelecimentos Comerciais na ZEIS Poço da Draga



Fonte: Etnografia rua a rua da ZEIS Poço da Draga, PIRF/UFC, 2019.

Destaque-se que a maioria dos empreendimentos comerciais está representada pelas “bodegas”, pequenos estabelecimentos comerciais caracterizados pela fidúcia e onde, geralmente, não há um controle organizacional (financeiro e logístico, por exemplo). A Figura 4, a seguir, dispõe sobre a concentração de estabelecimentos comerciais na ZEIS Poço da Draga.

aquisição de produtos em maiores quantidades, de maneira coletiva, para que os benefícios possam ser sentidos de maneira mais clara pelos empreendimentos.

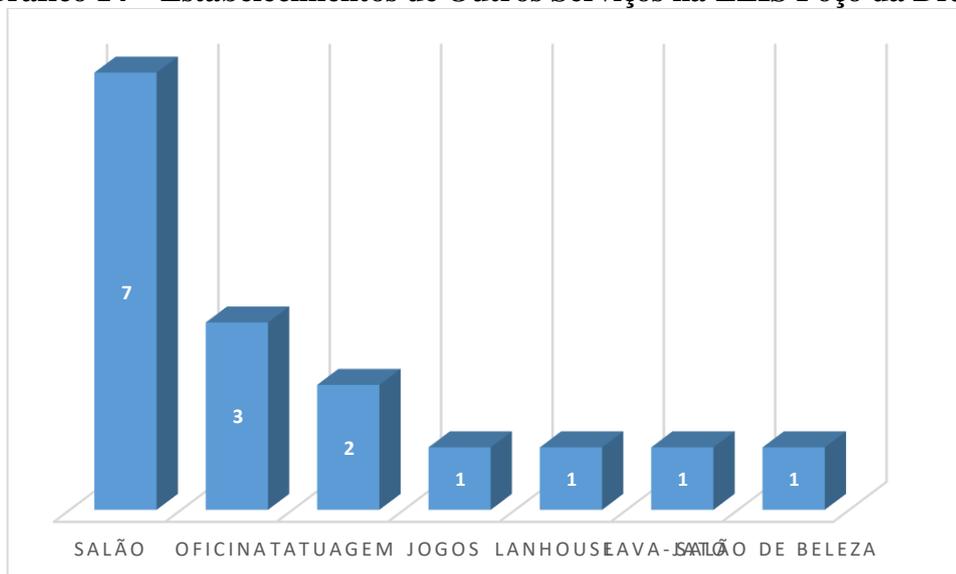
Assim, a cadeia econômica de produtos e serviços, ao final do processo de comercialização, tende a gerar mais valor às redes solidárias organizadas e atenderia de maneira mais eficiente – e justa – ao consumidor da ZEIS Poço da Draga.

✓ **Setor de Outros Serviços**

Em que pese a ZEIS Poço da Draga concentrar seus serviços e produtos na área alimentícia, outros serviços também são desenvolvidos na comunidade.

Tais serviços se apresentam a partir das diversas atividades relacionadas com o cotidiano de seus moradores, evidenciando a dinamicidade econômica do local e a riqueza na composição e na organização de empreendimentos econômicos, conforme Gráfico 14, que segue.

Gráfico 14 – Estabelecimentos de Outros Serviços na ZEIS Poço da Draga

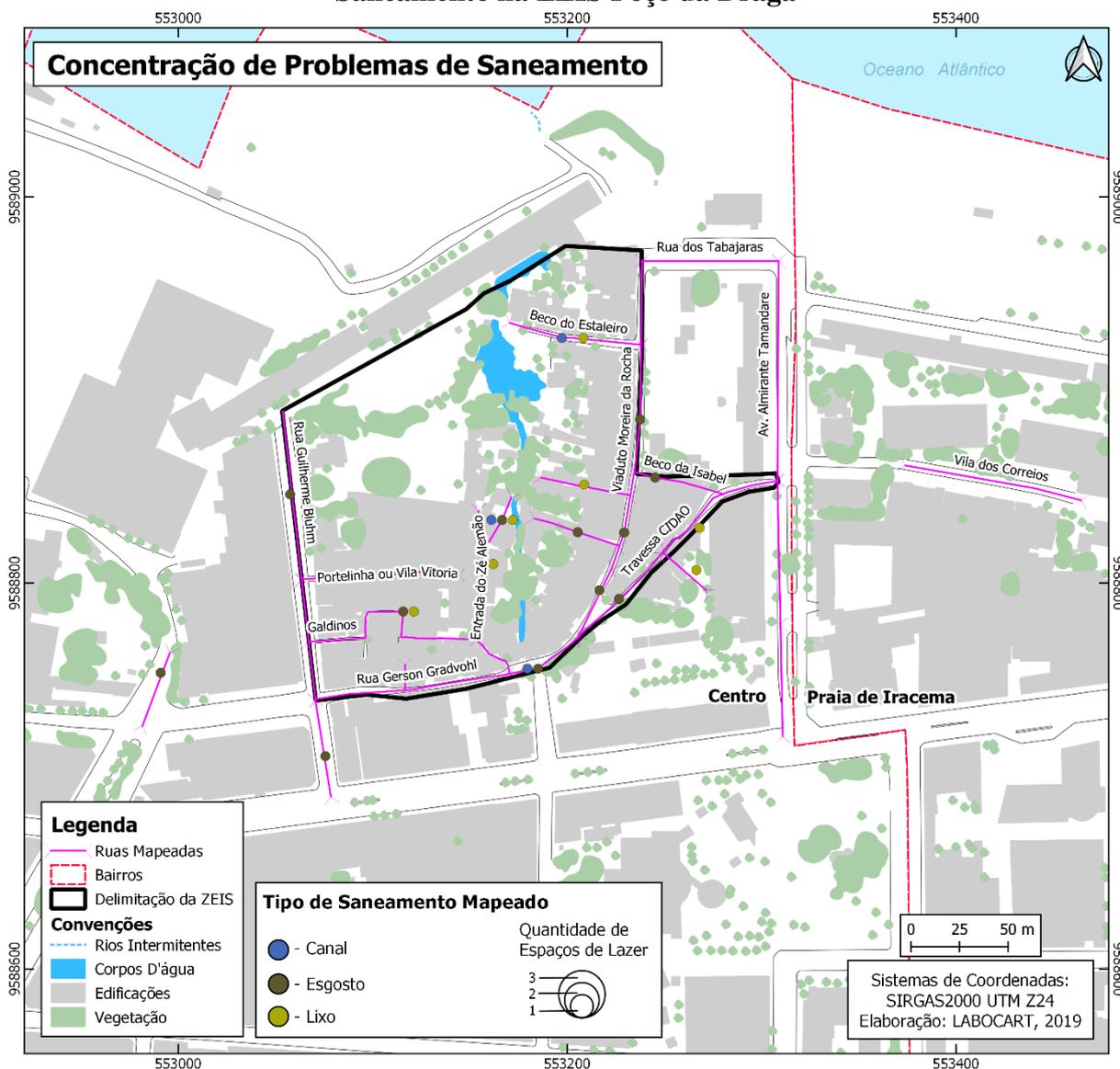


Fonte: Etnografia rua a rua da ZEIS Poço da Draga, PIRF/UFC, 2019.

Tem-se, neste sentido, o crescimento de atividades voltadas à beleza e estética, com a possibilidade de expansão de uma categoria econômica que não se restringe à comunidade, ante a demanda de profissionais capacitados no mercado. A organização desses profissionais, a partir de uma estrutura coletiva solidária, poderia facilitar o acesso a

Nesse caso, há de se destacar alguns elementos pertinentes à realidade do Poço da Draga, a começar pelos problemas de saneamento básico, conforme observado na Figura 6, abaixo.

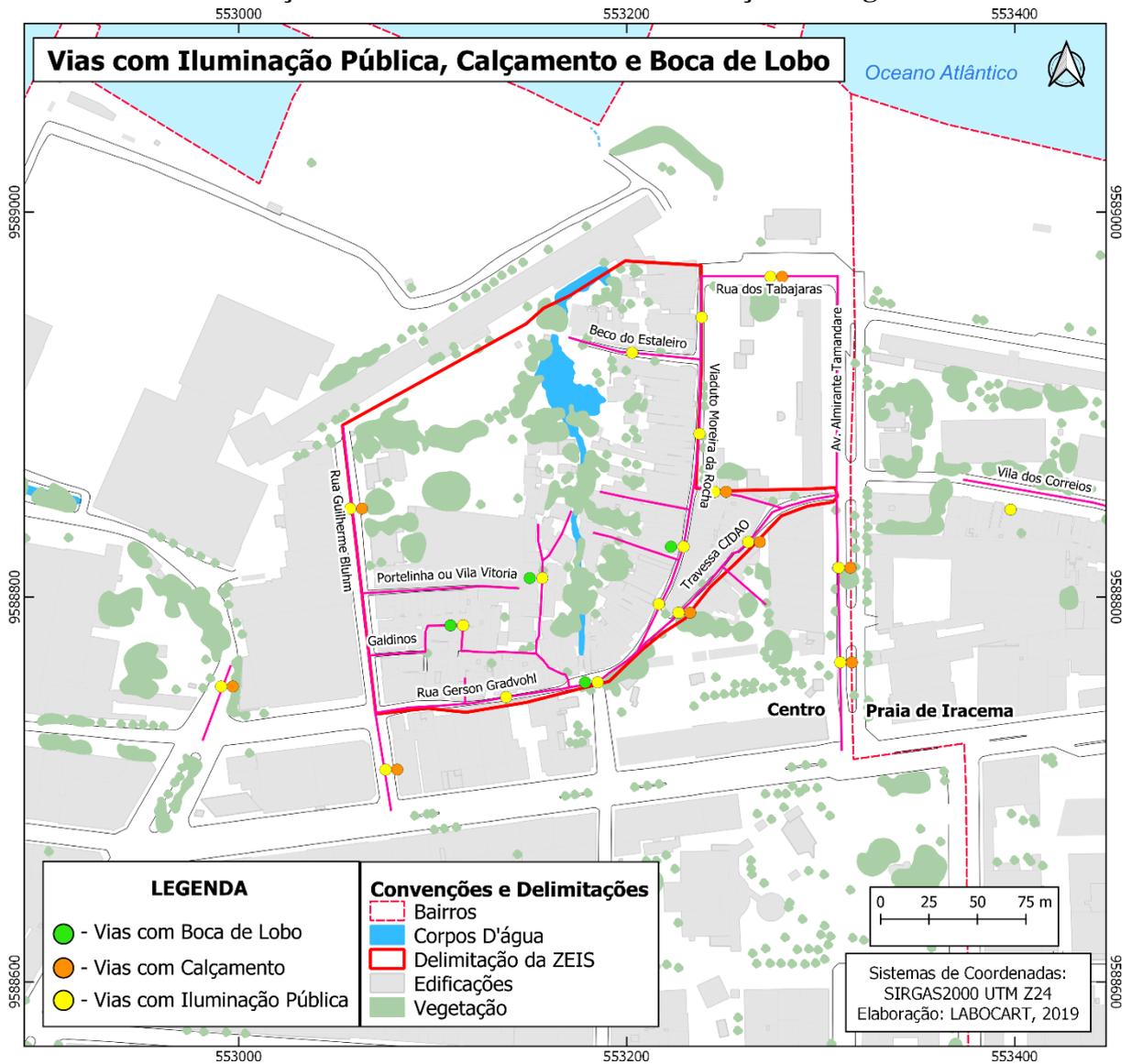
Figura 6 - Mapa de Concentração dos Problemas de Saneamento na ZEIS Poço da Draga



Fonte: PIRF/UFC – Equipe de Geografia, 2019.

As questões de infraestrutura urbana da ZEIS em questão podem, ademais, ser verificadas na Figura 7, seguinte.

Figura 7 – Mapa de Concentração das Vias com Iluminação Pública, Calçamento e Boca de Lobo na ZEIS Poço da Draga



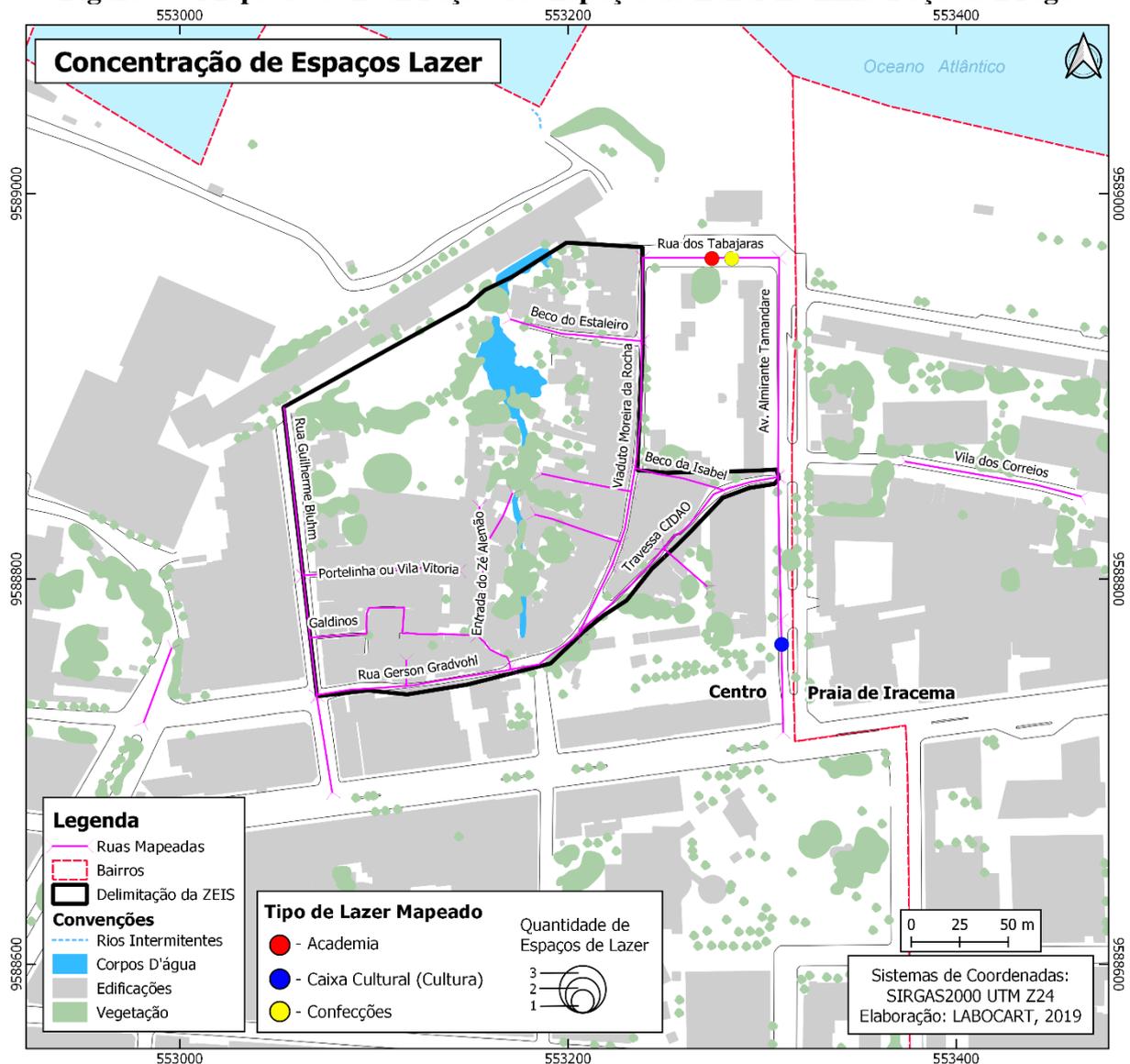
Fonte: PIRF/UFC – Equipe de Geografia, 2019.

Considere-se, na Figura 7, acima, a inexistência, em larga medida, de infraestruturas básicas como bocas de lobo e calçamento, bem como a ausência de iluminação pública em algumas áreas, a exemplo da região noroeste do território. Como se pode deprender das Figuras 6 e 7, a ZEIS Poço da Draga representa bem o conceito de assentamento precário, cabendo ao poder público se colocar essa questão, a fim de estimular a organização econômica da comunidade.

As considerações realizadas, até esse momento, no que diz respeito à infraestrutura urbana – com ênfase para a importância desse segmento em termos da

constituição de uma população saudável e vigorosa, centralmente necessária ao desenvolvimento econômico e social – também se aplicam aos espaços de lazer, conforme apresentado na Figura 8, na sequência. Ressalte-se a ausência quase completa desse tipo de infraestrutura.

Figura 8 – Mapa de Concentração dos Espaços de Lazer na ZEIS Poço da Draga



Fonte: PIRF/UFC – Equipe de Geografia, 2019.

Tudo isso representa um conjunto de demandas comunitárias por ação do poder público, o qual deve atuar para superar o déficit de infraestrutura urbana da ZEIS Poço da Draga, podendo, assim, ao tempo em que desencadeia diretamente a geração de trabalho e renda no território por meio da realização de obras públicas, potencializar as condições sociais e ambientais para o desenvolvimento econômico local. Um plano de geração de trabalho e

renda deve, portanto, ter como um primeiro pilar a realização de investimentos públicos em infraestrutura urbana, particularmente em localidades como a ZEIS Poço da Draga, onde predomina, como já se falou, uma situação de déficit infraestrutural. A participação da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) nessa questão deve incluir, segundo os/as participantes das oficinas do PIRF/UFC, a reativação do Calçadão da Orla Marítima, atualmente obstaculizado por uma obra pública desativada, que impede ou, pelo menos, dificulta a circulação de pessoas externas na comunidade. Acrescente-se que uma possibilidade de utilização dessa estrutura inacabada se daria com a sua conversão em equipamento cultural (Cuca Poço da Draga), com potencial de geração de trabalho e renda durante o período de sua implantação e, sobretudo, a partir do seu funcionamento – o qual atuaria tanto como polo aglutinador de potenciais consumidores, como espaço de lazer e produção cultural/cognitiva.

Ainda no rol das condições infraestruturais para se desenvolver atividades econômicas, encontra-se a segurança pública⁴. Como se falou anteriormente, na ZEIS Poço da Draga, embora tenha diminuído a criminalidade no que se refere a uma série de crimes, houve aumento dos crimes sexuais, entre 2017 e 2019, da ordem de 22%.

Não cabe aqui reunir todas as causas da violência urbana, mas afirmar que o aumento da mesma possui repercussões negativas em termos de geração de trabalho e renda. O aumento dos crimes sexuais pode, ademais, sugerir o recrudescimento do machismo e, com ele, a quebra da igualdade entre homens e mulheres, historicamente necessária ao desenvolvimento econômico. Em termos das ações do poder público visando à geração de trabalho e renda, cabe, portanto, propor investimentos em segurança pública, incluindo o combate à desigualdade de gênero.

Ainda no que se refere à violência, há de se evidenciar a existência de duas áreas de risco na ZEIS Poço da Draga, como se pode observar na Figura 9, a seguir, em princípio, relacionadas ao domínio do território pelo crime organizado, contribuindo para o aumento da violência e dificultando a inclusão produtiva da comunidade.

⁴ Tais políticas de infraestrutura urbana, tomadas aqui como primeiro eixo do processo de desenvolvimento econômico, são analisadas com maior detalhamento nos Planos 5 (Urbanístico) e 7 (Participação Comunitária e Desenvolvimento Social) do PIRF/UFC.

(9,52%)⁵ e, em segundo lugar, pelo baixo percentual de moradores/as com Ensino Técnico e Superior Completo (ambos, 0%).

Tabela 1 - Escolaridade na ZEIS Poço da Draga

Escolaridade	Total (%)
Ensino Superior Incompleto	4,76%
Ensino Médio Completo	28,57%
Ensino Médio Incompleto	19,05%
Ensino Fundamental Completo	9,52%
Ensino Fundamental Incompleto	28,57%
Não sabe ler/escrever	9,52%
Total Geral	100%

Fonte: Dados da pesquisa de campo PIRF/UFC, 2019.

São relevantes, por outro lado, tanto os 4,76% de moradores com Ensino Superior Incompleto, como o coeficiente de correlação (R) entre Escolaridade X Idade (- 0,56), que aponta uma relação inversa entre essas duas variáveis, demonstrando que os segmentos mais jovens estão acessando um maior nível de escolaridade, o que sugere a possibilidade de se ter, no futuro, percentuais mais elevados da população nas classes mais altas de escolarização, incluindo o nível superior.

Cabe, portanto, ao poder público estimular o crescimento da escolaridade entre os moradores da ZEIS Poço da Draga, por se considerar central esse fator na geração de trabalho e renda, da mesma forma que o desenvolvimento cultural possui papel relevante nesse processo. Diante disso, a formação educacional e técnica, sem esquecer a formação cultural, coloca-se como uma segunda dimensão na qual devem atuar as políticas públicas, a fim de desenvolver economicamente o território da ZEIS Poço da Draga.

Importa potencializar, nesse caso, tanto os espaços de Educação de Jovens e Adultos, a fim de diminuir a taxas de analfabetismo, incluindo temáticas relacionadas ao trabalho e renda, economia solidária etc., como o ensino fundamental e médio, contando com o auxílio de cursinhos comunitários, reforços escolares e bolsas estudantis, visando ao acesso da juventude ao ensino superior e profissionalizante.

Ainda no segmento de cultura e conhecimento, deve-se incentivar a organização comunitária através de parcerias visando à organização de eventos culturais, além de cursos de formação profissional. Os espaços da Av. Almirante Tamandaré e do próprio Centro

⁵ Esse número está acima do percentual registrado em Fortaleza, que é de 6,94%, de acordo com o Mapa do Analfabetismo no Ceará. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2014/07/mapa_do_analfabetismo_cear%C3%A1.pdf>. Acesso em 27 abr. 2020.

Dragão do Mar, além da possibilidade de construção do Cuca Poço da Draga, seriam, nesse sentido, de grande importância para sediar atividades culturais e educativas, também espaços de comercialização. Esse tipo de experiência integrando cultura, formação e comercialização existe, por exemplo, nos Feirões da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, realizados anualmente em Fortaleza. A experiência demonstra que os três aspectos se complementam e fortalecem, impulsionando o consumo de produtos locais, a produção de conhecimentos e as atividades culturais, ao mesmo tempo, fortalecendo identidades coletivas e, como já se falou, a organização econômica local.

Não é demais lembrar, com relação ao papel da formação educacional e cultural da população em termos econômicos, a centralidade do conhecimento científico e tecnológico para a produção de inovações, as quais assumem papel preponderante na viabilidade econômica dos empreendimentos, da mesma forma que a produção cultural ganha importância como atividade econômica no contexto global contemporâneo, com destaque para Fortaleza ter sido escolhida, recentemente, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma das 10 cidades criativas do mundo, abrindo espaço, ainda maior, para o estímulo à cultura no que se refere à geração de trabalho e renda.

Há de se considerar, também, a possibilidade de desenvolvimento do turismo de base comunitária mediante a abertura de editais para reforma das habitações existentes, dada a localização da ZEIS Poço da Draga nas proximidades da região de Fortaleza que mais recebe visitantes de outros estados e países. Nesse aspecto, o investimento em formação cultural e educacional, incluindo cursos de idiomas etc., viria fortalecer essa perspectiva. Lembra-se que, assim como o eixo de infraestrutura urbana e segurança pública, a dimensão cultural e de conhecimento tem potencial gerador de trabalho e renda tanto direta, como indiretamente, ou seja, na medida em que os investimentos em cultura e produção técnico-científica criam demanda para os serviços locais, de forma imediata, geram condições para o desenvolvimento ulterior das atividades econômicas existentes no território.

Nessa direção, deve-se observar a natureza das atividades econômicas existentes na ZEIS Poço da Draga, bem como a interação das mesmas com os eixos gerais aqui considerados, particularmente o eixo de formação cultural e educacional. O setor de alimentação, em particular, como falado anteriormente, representa 53% dos empreendimentos econômicos existentes na ZEIS. Enfatize-se que esse setor poderá se beneficiar tanto do processo de implantação das ações do governo, a exemplo de eventos culturais, educativos e de comercialização, como do “legado” da implantação dessas ações. Considere-se, ainda, a

possibilidade da realização de parcerias, por exemplo, com o curso de Gastronomia da UFC através de ações de extensão. Nesse rol, será também possível reunir instituições como o Sebrae, o Sesc, o Senac ou, ainda, o Instituto Federal do Ceará (IFCE), a fim de garantir formação técnica e negocial continuada ao segmento de empreendedorismo da ZEIS Poço da Draga.

Além do segmento de alimentação, 17% dos empreendimentos econômicos da ZEIS Poço da Draga estão definidos como outros serviços. Entre esses últimos, merece destaque o setor de beleza, o qual tende a receber estímulos diretos de uma política de geração de trabalho e renda centrada na produção cultural e cognitiva.

Para o caso dos demais segmentos, incluindo os que pertencem ao comércio, e os que não compuseram as oficinas de Economia, mesmo esses poderão colher resultados positivos do dinamismo econômico gerado com a implementação do PIRF, ao passo que o planejamento participativo poderá integrá-los futuramente no processo de desenvolvimento econômico local.

Segue, a partir de agora, uma análise dos segmentos econômicos que participaram das oficinas citadas, organizados por APLs, com ênfase para a articulação dos mesmos, bem como considerando a mobilização desses segmentos em torno da dimensão cultural e de conhecimento⁶. Uma política dessa natureza deve ser, ademais, complementada pela identificação dos efeitos da geração de trabalho e renda na ZEIS em termos de consumo, ao passo que a população deverá se organizar também nessa dimensão, por exemplo, através de cooperativas de consumo, estímulo ao consumo local etc. A organização financeira solidária também tende a reforçar o desenvolvimento local, enquanto essas duas dimensões (consumo e finanças solidárias) conformam o terceiro eixo geral do plano de geração de trabalho e renda da ZEIS Poço da Draga.

Neste sentido, as Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho, presentes na Matriz de Planejamento de ações de geração de trabalho e renda, no eixo relacionado à formação, sugere articulação da instância municipal junto ao Conselho Gestor da ZEIS, podendo também envolver os sindicatos, por categoria, na mobilização da mão de obra local para o processo de qualificação visando sua empregabilidade em segmentos econômicos dentro e fora da ZEIS. Neste momento, não foi

⁶ Outras dimensões urbanas infraestruturais funcionam como pré-condição à geração de trabalho e renda, da mesma forma que essa última se coloca como elemento fundamental ao êxito das primeiras e, por isso, serão tratadas de forma integrada. Tais políticas, tomadas como um primeiro eixo do processo de desenvolvimento econômico, serão analisadas com detalhamento nos Planos 5 (Urbanístico) e 7 (Participação Comunitária e Desenvolvimento Social) do PIRF/UFC.

realizado envolvimento mais próximo dos sindicatos, uma vez que a maioria dos empreendedores econômicos que compuseram os arranjos produtivos locais das ZEIS era formada por empreendedores informais, de categorias não organizadas em coletivos de classe, como os sindicatos. A ideia, portanto, é que esses últimos sejam incorporados ao processo durante a implementação do Plano de Geração de Trabalho e Renda, a partir da articulação com o Conselho Gestor da ZEIS, visando à mobilização dos/as trabalhadores/as locais para as atividades formativas, conforme planejado.

A participação do poder público, nesse caso, há de ser orientada centralmente para a realização de atividades de formação e sensibilização, relacionadas ao segundo eixo aqui reunido, criando, ainda, oportunidades de comércio, consumo e finanças solidárias.

Realizada a caracterização da ZEIS Poço da Draga, e definidos os pilares gerais do plano de geração de trabalho e renda do território em questão, serão apresentados os resultados das oficinas de economia do PIRF/UFC, das quais participaram alguns dos segmentos econômicos mais representativos da ZEIS em pauta. Serão, então, elencadas as propostas específicas para o fortalecimento de cada segmento, sendo esse o quarto eixo do Plano, a partir do qual serão sintetizadas propostas de ação, particularmente, na Matriz de Planejamento de ações de geração de trabalho e renda na ZEIS Poço da Draga.

4.2 Análise Diagnóstica do Arranjo Produtivo de Comércio Ambulante: Alimentos e Bebidas

A análise diagnóstica partiu do contexto trabalhado principalmente na oficina III. Nesse momento, foram construídas a Missão, a Visão de Futuro, os Valores, as Metas e as Estratégias de Atuação dos dois setores do arranjo produtivo na ZEIS Poço da Draga, levantando os possíveis cenários e buscando formas de organização que promovam competitividade aos arranjos locais.

4.2.1 Comércio ambulante – alimentos

Missão: Produzir alimentos com qualidade que promovam bem estar e satisfação aos consumidores.

Visão de Futuro: Organizarem-se na gestão de seus negócios, individual e coletivamente, buscando ter independência financeira, assim como crescimento pessoal e profissional.

Valores: Empatia, excelência, alto nível de qualidade dos produtos e participação democrática na tomada de decisões.

Metas e estratégias de atuação: Em três anos, o arranjo pretende ser reconhecido e alcançado pelas políticas públicas de incentivo a pequenos empreendedores. Para isso, pretende-se criar estratégias de organização coletiva, que favoreçam também a criatividade individual.

Quadro 2 – Matriz FOFA: Ambientes Interno e Externo Alimentos

A		FORTALEZAS	FRAQUEZAS
AMBIENTES	INTERNO	Conhecimento do processo de produção do alimento; Produto já tem uma boa aceitação; Possibilidade e interesse de melhorar o produto; Fortalecimento econômico e social da ZEIS; Trabalha-se com alimentos frescos e não enlatados; Prazer em realizar tal atividade; Ter controle da quantidade a ser vendida; Realização de cursos constantemente para capacitação na área; Conseguirem se sustentar com o dinheiro da atividade.	Não saber administrar o dinheiro; Falta de planejamento e organização; Falta de capacitação; Falta de comunicação visual; Falta de capital de giro e investimento; Pouca padronização dos produtos, de uma forma geral; Os alimentos possuem uma vida útil muito pequena, o que dificulta a lucratividade.
	EXTERNO	OPORTUNIDADES Alta densidade populacional da região; Possibilidade de fazer uma gestão mais participativa em relação ao comércio informal; Possibilidade da aquisição de uma estrutura para self-service; Disponibilidade de linha de crédito para o segmento; Curso de aperfeiçoamento na área de alimentação; Aumento da consciência sobre alimentação saudável; Estar próximo de um equipamento cultural e próximo à praia; Aumento do número de pessoas que se alimentam fora de casa; Fidelidade dos clientes; A facilitação dos mercadinhos locais.	AMEAÇAS Crise econômica; Redução dos eventos e investimentos públicos no Dragão do Mar; Burocracia para autorizações de trabalho (montar ponto fixo para venda) e fiscalização; Falta de informação sobre a questão do cadastro dos ambulantes; Falta de união entre os moradores da comunidade; Poluição do meio ambiente: mangue e ruas; Excesso de lixo na praia; A obra do “aquário” embargada; Alagamento das ruas na estação chuvosa; Alta concorrência com empreendimentos e outros ambulantes de outras áreas; Alto custo na compra de mercadoria junto a fornecedores locais.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF/UFC, 2019.

Reconhecendo a legitimidade do saber dos/as participantes na construção dos elementos de diagnóstico acima referidos, outros elementos de diagnóstico foram desenvolvidos ao longo das oficinas como mostra a descrição a seguir.

a) Histórico dos empreendimentos

Nas últimas décadas, o setor informal no ramo de alimentos tem crescido de forma vertiginosa. Esse fator é associado ao aumento na flexibilização das relações trabalhistas e, como consequência, aumento no subemprego. Além disso, na maioria das grandes cidades, o desemprego tem apresentado uma curva ascendente. Na ZEIS Poço da Draga, essa realidade se confirma. A maioria dos ambulantes da alimentação iniciou suas atividades como consequência de dificuldades financeiras, principalmente devido ao crescimento do desemprego e à necessidade de complementar renda. Os/As empreendedores/as desse segmento trabalham com alimentos que exigem baixa qualificação profissional e pouco investimento. Basicamente, os produtos oferecidos são churrasquinhos, salgados, marmitas, sanduíches, bolos e tapiocas.

Grande parcela dos/as empreendedores/as desenvolve essas atividades há mais de 4 anos e, em alguns casos, há mais de 10 anos. A localização da ZEIS Poço da Draga em uma região historicamente voltada para o turismo, Praia de Iracema, e sua proximidade com locais onde se realizam grandes eventos, Aterro da Praia de Iracema, Av. Beira Mar e Hotel Marina Park, contribui para a manutenção e continuidade desse comércio entre os/as moradores/as. Para desenvolver essas atividades, são utilizados carrinhos de comida, isopores, barracas de lanches.

b) Descrição dos produtos/serviços

A maioria dos produtos vendidos é regional. São produzidos em casa e disponibilizados para venda em casa, por encomenda ou nos espaços onde os eventos estão acontecendo. O Quadro 3 lista os produtos vendidos.

Quadro 3 – Principais Produtos do Comércio Ambulante na ZEIS Poço da Draga

Alimentos de Produção Própria
Bolos e sobremesas (pudim, brigadeiro, brownie)
Lanches (misto quente, tapioca/cuscuz, caldos, suco, café)
Marmitex/pratinho/quentinha
Salgadinhos diversos (fritos e de forno)
Churrasco no espetinho
Coco verde

Fonte: Dados coletados nas oficinas PIRF/UFC, 2019.

Além dos produtos citados acima, entende-se que, por se tratar de uma área receptora do turismo nacional e internacional, existe um potencial para lanches na linha vegetariana, sem lactose, sem glúten. O mercado consumidor para esses alimentos tem aumentado consideravelmente.

c) Análise financeira

Os principais custos identificados pelos/as ambulantes de alimentos foram os custos variáveis, como gás de cozinha, energia e matérias-primas. Os/As ambulantes demonstraram dificuldades de identificar os custos fixos e também de separarem os gastos para a produção para a venda e para consumo próprio. Eles/as apontaram como problemas a falta de um registro contábil.

Quanto ao fluxo de caixa, apontaram não saber de quanto precisavam, justificando ser bastante indefinidas as vendas e difícil o planejamento para realizar os produtos, pois a clientela é muito variável, dependendo do tipo de evento e da sazonalidade, por exemplo.

Sobre o endividamento, a fim de ampliar os investimentos para ampliar ou melhorar o negócio, alguns disseram que precisaram, mas tiveram dificuldade de saldar as dívidas e se tornaram inadimplentes. Também indicaram dificuldades de comprovar renda e endereço por questões legais, como a informalidade das atividades e irregularidade na documentação da casa, e por isso teriam pouco acesso a crédito, bem como conta bancária e cartão de crédito ou Crediamigo.

d) Análise operacional

Identificou-se que, no tipo de organização operacional realizada pelos/as empreendedores/as, tornam-se mais ocupados do que produtivos. Apesar das longas horas trabalhadas, o retorno tem sido pequeno. No que se refere ao prazer no trabalho, a satisfação ocorre por questões pessoais, além do retorno financeiro.

Ao serem indagados sobre a forma de planejarem seus gastos com estoque, layout da produção dos alimentos e matérias-primas, os empreendedores afirmaram não ter controle do que recebem e do que gastam. O estoque é verificado no dia a dia, conforme sejam as necessidades, sem planejamento, o que os leva muitas vezes a comprarem pequenas

quantidades no próprio bairro a custos maiores. Apesar disso, consideram ser vantajoso o negócio.

Sobre a organização e/ou planejamento das atividades na produção dos alimentos, esses/as trabalhadores/as ambulantes consideram que as horas trabalhadas não são excessivas porque são diluídas ao longo da semana. Por exemplo, se trabalham quinta, sexta, sábado e domingo, descansam os demais dias. Trabalham, em sua grande maioria, de forma individual, mas podem fazer compras coletivas ou trabalhar de maneira coletiva, fazendo “combos” entre os produtos que são manufaturados, por exemplo, um/a faz os pratinhos ou quentinhas, e o/a outro/a colega faz as sobremesas.

e) Marketing e comercialização

A formação de preços, segundo os/as participantes, é definida em paralelo com a concorrência, baseada nos valores dos insumos, e a margem de lucro é incipiente. Não há uma sistematização das informações e nem controle contábil. Na formação de preço do pratinho, os/as empreendedores/as somam de forma aleatória os custos com a matéria prima, gás e mão de obra. A contabilização de água e luz nem sempre é considerada.

A principal forma de divulgarem seus produtos é anunciando-os verbalmente, através do “boca a boca” ou de plaquinhas afixadas nos carrinhos e, às vezes, usando mídias sociais, como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram*. Essas mídias são mais utilizadas para vendas de bolos, sobremesas e almoços (quentinhas).

Existe um mercado consumidor na própria comunidade, entretanto o público majoritário é de turistas e transeuntes de festas, eventos e finais de semana. Nesse contexto, entende-se que um plano de marketing, através de um planejamento estratégico voltado à promoção dos produtos fabricados na comunidade, traria uma maior rentabilidade para os/as comerciantes/as da ZEIS Poço da Draga.

Isso porque, com a divulgação dos produtos fabricados e comercializados na ZEIS, a comunidade teria uma maior visibilidade no tocante à comercialização de comidas típicas e tradicionais, aumentando a rentabilidade desse tipo de arranjo econômico.

Por meio de uma estratégia de atuação direcionada, seria possível se conectar ao consumidor implementando novos produtos e, com isso, criar um canal de comunicação interativo em que fosse possível unir o trabalho coletivo percebido pelos arranjos da comunidade com uma parcela considerável de potenciais consumidores.

Outra forma de captação desse público potencial está na divulgação e na promoção da própria comunidade, por meios da utilização eficiente das redes sociais e TICs, apresentando-a como um local de resistência e luta que, por meio da união de forças da própria comunidade, consegue se destacar no cenário políticoeconômico alencarino, unindo a história da comunidade com a economia local através da comercialização de comidas.

Unir a história da comunidade com a promoção dos negócios locais é uma das formas de atuação de uma boa estratégia de marketing. Sua função não se resume apenas à divulgação e à promoção dos produtos. Hoje em dia, o marketing carrega em si um papel de conscientização social sobre produtos e serviços que agregam valor à sociedade.

Nesse sentido, são diversas as formas de planejamento estratégico de marketing possíveis de serem adotadas na comunidade. Pode-se citar, como exemplos, a divulgação dos saraus literários que ocorrem no Poço da Draga; a divulgação das contações de história da comunidade do Poço da Draga pelos seus anciões; a divulgação das atividades lúdicas nos dias de criança e de outros festejos; o réveillon no Poço da Draga etc.

Claro que, a partir disso, a organização de uma estratégia de atuação na comercialização dos produtos fabricados pelos moradores da comunidade, além de fomentar uma maior visibilidade à própria comunidade, ainda proporcionaria um acesso a canais de investimento, de controle financeiro pessoal (por meio de escolas virtuais e ONG's) e acarretaria uma maior necessidade dos/as comerciantes tratarem seus produtos de forma mais profissional, mesmo que inseridos a partir de uma ótica solidária, fazendo com que o alcance dos benefícios de uma boa estratégia de marketing não fique restrita apenas aos produtos, mas a uma transformação nos/as próprios/as empreendedores/as.

f) Sustentabilidade

Os/As empreendedores/as têm sido influenciados/as por ações que buscam a sustentabilidade do negócio. O cooperativismo e/ou associativismo como possibilidade de desenvolvimento e crescimento socioeconômico é vislumbrado no Poço da Draga por meio de compras coletivas de matérias-primas e produtos em comum (descartáveis, gelo, coco, isopor, dentre outros) e também de atuarem juntos na oferta dos produtos: um venderia as marmitas e o outro ofereceria a sobremesa, por exemplo. Eles narraram já existir uma cooperação entre os mais próximos, no sentido de se juntarem na compra e venda de alguns produtos.

O tópico sustentabilidade ambiental, entretanto, é ainda uma variável pouco vivenciada. O trabalho na produção de alimentos não usa técnicas para reduzir desperdícios nem melhor aproveitamento dos alimentos/matérias-primas (formação ou capacitação sobre sistemas alimentares, o uso da criatividade atrelada à sustentabilidade, boas práticas para manipulação de alimentos e nutrição/dieta orientada poderiam também, via cursos ofertados pelo Senai e Senac, melhorar a produtividade e agregar valor aos seus produtos).

4.2.2 Comércio ambulante – Bebidas

Missão: Oferecer bebidas com qualidade e diversidade no sabor.

Visão de Futuro: Aperfeiçoamento dos/as empreendedores/as quanto à criação de drinques com fortalecimento de atuações coletivas no mercado, considerando a individualidade empreendedora.

Valores: Diversão, alto nível de qualidade dos produtos, interação com outros segmentos econômicos.

Metas e estratégias de atuação: Em três anos, estar fortalecido como referência num modelo bem sucedido de forte organização coletiva com diversificação nos drinques vendidos.

Quadro 4 – Matriz FOFA: Ambientes Interno e Externo Bebidas

AMBIEN- TES	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
INTERNO	Cortesia no atendimento; Atenção na validade do produto comercializado; Boa divulgação dos produtos; Negócio localizado em cidade e região turísticas; Não ter reclamação de seus produtos; Autonomia; Geração de renda extra; Reconhecimento da necessidade de qualificação e treinamento, a fim de fortalecer as atitudes das mulheres frente aos problemas de desrespeito e violência no exercício de suas atividades, e também sobre crédito, gestão operacional e financeira e qualificação de modo geral.	Empreendedores/as sem qualificação empresarial e/ou técnica; Desconhecimento de técnicas de contabilidade básica: cálculo do preço do bem, lucro, receita, custos, etc; Maior espaçamento entre os eventos em alguns períodos do ano; Endividamento; Pouco entendimento sobre a gestão do fluxo de caixa; Imprevisibilidade; A maioria dos/as empreendedores/as divide seu tempo entre essa atividade e o trabalho formal; Procedimentos antiéticos, do lado do clientes, que se excedem por estarem alcoolizados, ou pelo lado do fornecedor que cobra preços muito altos.
EXTERNO	OPORTUNIDADES A densidade demográfica; Possibilidade de regularização do negócio; Número de eventos culturais na região; Disponibilidade de coleta seletiva dos resíduos descartáveis gerados na cadeia produtiva; Possibilidade de associação com outros coletores de recicláveis; Estarem situados numa região turística; Proximidade entre a residência e o local de trabalho.	AMEAÇAS Calotes de consumidores associados ao gênero da empreendedora; Aumento no desemprego; Aumento na Inflação; A lei na maioria das vezes ameaça o trabalho; Dificuldade de acesso a espaços de venda; Abertura do mercado para outros vendedores que não são da comunidade; Poluição e sujeira nas imediações dos “carrinhos” de venda; Restrições do fornecedor quando à troca de produtos vencidos; A lei proíbe venda de álcool a menores; Ocupação indevida de espaços.

Fonte: Dados coletados nas oficinas do PIRF/UFC, 2019.

Reconhecendo a legitimidade do saber dos participantes na construção dos elementos de diagnóstico acima referidos, outros elementos de diagnóstico foram desenvolvidos ao longo das oficinas como mostra a descrição a seguir.

a) Histórico dos empreendimentos

Os/As empreendedores/as ambulantes de bebidas diversificam as atividades entre a venda de bebida alcoólica, água e refrigerantes. Essa realidade se justifica pelo baixo investimento inicial e habilidades para a execução do negócio. Esses produtos são comercializados próximo a bancas de lanches. Por exemplo, a venda de bebidas fica próxima de uma barraca cachorro quente, batata frita e espetinho, dando possibilidade aos vendedores de ofertar os dois produtos em conjunto e adicionando-os a sobremesas e doces.

Os/As mesmos/as, em sua maioria, trabalhavam anteriormente no setor de bebidas e alimentação, todavia, dado alguns resultados negativos, tais como gastos com desperdícios de comida, produtos perecíveis e prejuízos decorrentes de uma má organização e falta de planejamento nas quantidades de produtos levadas à venda, preferiram se dedicar apenas à venda de bebidas, acreditando que tal atividade teria uma melhor relação custo-benefício.

A maioria dos/as vendedores/as de alimentos e bebidas do Poço da Draga não é formalizada, nem cadastrada junto a Prefeitura, o que leva, na maioria das vezes, à perda de mercadorias por parte da Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS). Somente no ano de 2018, entre janeiro e julho, 683 vendedores ambulantes foram multados e 534 apreensões de mercadorias foram realizadas pela Agência. Nem todos têm um local fixo, preestabelecido para colocarem suas barracas, mas muitos se concentram nos arredores da comunidade, principalmente nas proximidades do Centro Dragão do Mar, na Praia de Iracema, pela Av. Beira Mar, e próximo a eventos (na praia, nas boates e casas de shows).

Segundo relato de moradores participantes das oficinas do PIRF, os valores arrecadados com as vendas das bebidas variam de acordo com o período, mas consideram a aferição de uma renda considerável, o que garante a continuidade das atividades.

b) Descrição dos produtos/serviços

O Quadro 5 mostra as bebidas comercializadas pelos/as empreendedores/as. Existe uma diversidade de drinques que são oferecidos ao consumidor, além de marcas

diferentes de cada bebida. Uma possibilidade de ampliação desse segmento seriam os sucos naturais.

Quadro 5 – Principais Produtos do Comércio Ambulante de Bebidas do Poço da Draga

Bebidas
Bebidas frias industrializadas: Água mineral, água de coco, cerveja, refrigerante, energéticos.
Bebidas frias preparadas: drinques como caipirinha, caipirosca.
Bebidas quentes: whisky, martini, vodka com gelo.

Fonte: Dados coletados nas oficinas PIRF/UFC, 2019.

c) Análise financeira

Na análise financeira dos/as ambulantes de bebidas do Poço da Draga, o principal custo fixo apontado por eles/as foi a aquisição do carrinho (que é feito por um morador da localidade, a partir de uma geladeira velha e metalurgia, acrescentando as rodas, as prateleiras e os suportes). Mas os/as participantes da oficina afirmam que o ganho do trabalho compensa rapidamente esse investimento. Ou seja, o custo fixo é pequeno. Os custos variáveis são o gelo e as bebidas, principalmente as bebidas chamadas “quentes” (*whisky* importado etc.).

Quanto a fluxo de caixa ou rendimento, os/as empreendedores/as disseram que o trabalho (que geralmente acontece aos finais de semana e em eventos, ou seja, são esporádicos) é recompensador em termos econômicos (com bons rendimentos), principalmente com a venda de bebida quentes.

Quanto à tomada de empréstimos, todos concordam ser importante para incrementar a oferta de produtos e a qualidade deles. Mas dizem também, como os/as ambulantes do ramo de alimentos, ter dificuldade de acesso a crédito pelos mesmos motivos, principalmente para facilitar o fluxo de caixa e fazer novos investimentos.

Os resultados da pesquisa apontaram muitas dificuldades dos/as empreendedores/as em fazer uma rotina financeira, a contabilidade dos gastos, investimentos, crédito e fluxo de caixa ou estoque. Ou seja, não há uma organização das informações detalhadas. O que foi debatido por eles/as, quanto à questão financeira, é que os maiores gastos acontecem com matérias-primas e insumos (energia, água, gás). Eles/as desconhecem a margem de lucro e consideram ser proveitoso o trabalho por conseguirem complementar a renda, com cerca de R\$ 300,00 a R\$ 500,00 por final de semana (de sexta a domingo) ou em um “bom” evento, o que mostra a imprevisibilidade da renda e sazonalidade também.

Não existe separação entre os ganhos com o negócio, o que é fluxo de caixa ou recursos, por exemplo, empréstimos/crédito (Crediamigo, cartão, cheque especial, dinheiro emprestado). Quanto ao fluxo de caixa, não existe a contabilidade daquilo que é receita ou daquilo que é lucro. Sobre o que é receita-despesa-lucro, os/as participantes disseram não ter conhecimento, ou seja, não realizam essa rotina contábil.

A possibilidade de crédito é uma necessidade e realidade para alguns. Os/As empreendedores/as afirmam haver a necessidade de crédito para expandir os negócios (compra de matérias-primas, maquinários, realizar cursos/capacitação, melhorar as condições do ambiente de trabalho). Alguns/as disseram obter recursos financeiros via Crediamigo, mas relataram dificuldades de pagamento ou divergência no valor.

d) Análise operacional

No ramo dos/as ambulantes de bebidas, a percepção deles/as é que, com a recessão da economia e com o rigor da fiscalização dos agentes públicos, os ganhos com esse tipo empreendimento já foram maiores. Primeiro porque o desemprego reduz a renda e ir a festas, passeios e beber é caro e supérfluo. Então se disseram mais ocupados do que produtivos.

Quanto às horas despendidas no exercício do trabalho, podem durar até 14 horas ininterruptas nos finais de semana (sexta, sábado e domingo). Os/As empreendedores/as consideram ser positivo esse regime de trabalho, porque descansam nos demais dias. Quando o movimento de turistas e transeuntes é menor, eles ficam menos tempo trabalhando, 10 horas direto, apenas no dia do evento ou sexta e sábado.

Algumas vezes, conseguem trabalhar, atuando de forma solidária e colaborativa: quando um acaba o seu estoque, por exemplo, fato que pode acontecer em eventos de grandes proporções ou num dia muito calor, os/as colegas se ajudam.

Os/As trabalhadores ambulantes do ramo de bebidas do Poço da Draga precisam fundamentalmente de cursos e treinamentos na área de gestão operacional e financeira, pois, carecem de conhecimento sobre gestão, finanças e relações interpessoais, para melhor atenderem aos clientes e organizar e planejar o preço do produto, separar o que é lucro da receita e os custos de produção e venda.

e) Marketing e comercialização

A formação de preços, segundo os/as participantes, é definida em paralelo com a concorrência, baseada nos valores dos insumos, e a margem de lucro é incipiente. Não há uma sistematização das informações e nem controle contábil. O preço da dose ou bebida (drinque) é baseado no custo de produção e no preço da concorrência. Uma das vendedoras de bebida diz que consegue “apurar o preço de quatro garrafas de *Smirnoff*; uma é pra repor e as outras três são lucro”.

Ao contrário do segmento de alimentação, na bebida o uso das redes sociais como estratégia de divulgação do produto é minimamente utilizado. Por outro lado, a divulgação “boca a boca” é eficiente.

Os demandantes de produtos são a própria comunidade, mas principalmente os turistas e os transeuntes de festas, eventos e finais de semana.

f) Sustentabilidade

Os/As ambulantes desse ramo relataram ser em parte oriundos da venda de comidas e, assim, conseguem perceber a importância de atuarem juntos/as, em cooperativismo e/ou colaboração, para melhor ofertarem seus produtos e auferirem maiores ganhos. Ou seja, buscam colocar seus carrinhos próximos aos das pessoas que produzem espetinhos de churrasco ou das sobremesas para venderem bebidas em geral. Também já disseram atuar em solidariedade em eventos, quando um deles que tem um gerador leva e combina com os colegas próximos uma divisão dos gastos de locomoção e do diesel para fazer funcionar os artefatos.

✓ Consumidores

Fazendo uma caracterização do perfil dos consumidores da ZEIS Poço da Draga, eles têm como forte característica a comodidade de poder fazer suas compras de bens necessários à vida cotidiana sem a necessidade de sair da comunidade. Isso é possível pela grande quantidade de mercadinhos espalhados pela comunidade, bem como pela oferta de serviços variados (alimentação, distribuidora de água e bebidas, loja de materiais de

construção, reciclagem, serviços de estética e beleza, artesanato, comércio de pescados) que, somando-se ao baixo poder aquisitivo dos/as moradores/as locais e sua credibilidade (confiança) de comprar no “caderninho”, fortalecem esse segmento do mercado.

Os consumidores dos produtos oferecidos pelo arranjo produtivo do comércio ambulante, incluindo alimentação e bebidas, em sua maioria, não é da vizinhança ou morador da comunidade, uma vez que os serviços em questão são direcionados ao público que frequenta os eventos, festas, shows na praia e os pontos turísticos, tais como o Centro Dragão do Mar, a Praia de Iracema, as Pracinhas, as Boates.

O perfil dos consumidores dos ambulantes de alimentos e bebidas do Poço da Draga é variável, esporádico e eventual, na medida em que a venda dos produtos não ocorre em lugar fixo e, conseqüentemente, muitas vezes não se pode estabelecer uma relação de fidelidade, pois são turistas nacionais e/ou estrangeiros ou pessoas passeando de férias ou no final de semana. Devido à multiplicidade de eventos, o público tem distintos interesses e se diferencia quanto a gênero, nível social, cultural.

✓ **Fornecedores**

Analisando o mercado sob a ótica dos fornecedores estabelecidos localmente, foi possível identificar, em pesquisa na ZEIS Poço da Draga, um total de sete estabelecimentos, que apoiam e abastecem os ambulantes de alimentação e, principalmente, de bebidas. Esses armazéns e mercadinhos fornecem os mais variados tipos de bebidas e matérias-primas para a preparação dos alimentos, dando suporte à revenda (no caso das bebidas) e fabricação (no caso dos alimentos), contribuindo para a organização de uma cadeia desse arranjo produtivo a partir das suas potencialidades locais.

Entretanto, segundo relato de vendedores ambulantes, a relação com os comerciantes locais não é muito vantajosa, sob o viés financeiro, pois há cobrança de juros, no caso da compra ser feita a prazo, em que não é necessário realizar nenhum pagamento imediato, somente pela relação de confiança (“fiado”), ou devido a custos com estocagem, frete.

Uma forma de redução de custos para esses ambulantes seria uma compra coletiva e o planejamento na estocagem das referidas matérias-primas realizadas de forma a barganharem preço e prazo. A oferta de produtos, por meio de fornecedores externos, vem se

fortalecendo de outras formas e também vem crescendo ante a dinâmica social da comunidade e dos/as empreendedores/as.

No caso da venda de coco, por exemplo, a comunidade está buscando outras opções de compra, para evitar o aumento de seus custos. Nessa linha de entendimento, a opção que vem sendo realizada é a compra de produtos no Mercado São Sebastião, onde o custo unitário do coco sofre redução de 53% em comparação à compra de fornecedores internos, com a vantagem de redução de custos, como o frete, quando realizado em grandes quantidades.

Os/As empreendedores/as também passaram a realizar suas compras nos distribuidores de bebidas que ficam na Av. General Sampaio, no centro de Fortaleza, e que, além de venderem seus produtos no atacado, com preços mais reduzidos, também fazem entrega na comunidade sem custos adicionais.

A compra coletiva, ainda que não esteja consolidada na comunidade, já é percebida pela maioria dos/as empreendedores/as que participaram das oficinas como uma possibilidade concreta, a partir da redução no preço unitário comprando no atacado. Nas oficinas, reforçou-se essa e outras ações fortalecedoras do sentimento de unidade, ao se desenvolver os conceitos do comércio justo e solidário.

O grande problema citado pela comunidade de empreendedores/as do Poço da Draga é a ausência de crédito, o que ocorre por conta de vários fatores, dentre eles a informalidade dos empreendimentos, a baixa e intermitente renda que não permite sequer manter uma conta bancária ou cartão de crédito, além de problemas com inadimplência. Conforme narraram, alguns estão com “nome sujo na praça”. Assim, uma das formas de superar essa limitação, dentro da própria localidade, é a compra “fiado”, porém o pagamento posterior ocorre com um preço mais elevado.

Dentre as diferentes formas de trabalhar as finanças solidárias em áreas como a ZEIS Poço da Draga, tem-se os Fundos Rotativos, os Bancos Comunitários, as Cooperativas de Crédito e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Neste momento foca-se nesse último como uma possibilidade para o crédito na ZEIS. Apesar disso, a criação desse tipo de instituição requer tempo de maturação e ambiente de confiança entre os participantes. Embora o II Seminário de Economia Solidária tenha apresentado Experiências Exitosas como a do Banco Palmas e outras boas práticas em finanças solidárias, acredita-se que esse foi apenas um despertar para essa possibilidade. O Banco Palmas atualmente tem servido de referência para vários outros bancos comunitários de desenvolvimento em nível nacional. Essa

instituição tem garantido o acesso ao microcrédito por moradores do conjunto Palmeiras e, com a criação de uma moeda social, essa experiência contribuiu para o fluxo circular da renda na própria comunidade.

Uma ferramenta pedagógica que se apresenta para construção e fortalecimento desse tipo de instituição é a metodologia de incubação, também apresentada no Seminário, nas experiências de apoio e fomento aos empreendimentos solidários desenvolvidas pelas universidades do Ceará, pelo IEEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú, pela Intesol/Unilab, pelo Iteps/UFCA e a Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas, com apoio da Universidade Federal do Ceará/UFC.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) integram o campo das finanças solidárias, enquanto formas de organização coletiva de apoio mútuo que visam garantir o acesso ao crédito e estimular o desenvolvimento em comunidades empobrecidas através da organização da economia local, gerando novas interações socioeconômicas no território. Pressupõe a participação ativa da população local no processo de tomada de decisão e na definição democrática dos objetivos perseguidos e dos instrumentos de apoio às iniciativas locais.

Cada banco possui uma dinâmica específica na oferta de serviços alinhada com a demanda da comunidade, mas, de uma forma geral, os serviços disponibilizados pelos bancos comunitários são:

- Crédito produtivo: para incentivar a criação ou ampliação de novos negócios.
- Crédito para consumo: feito em moeda social para estimular o consumo local.
- Fundo solidário para compras conjuntas: feito por um grupo de empreendedores de um mesmo ramo de atividade para conseguir melhores preços junto ao fornecedor.
- Microseguro: seguro de vida que contempla auxílio funeral e indenização por morte natural ou acidental. Deve ser registrado na SUSEP.
- Correspondente bancário: permite realizar pagamentos e recebimentos de faturas dos bancos comerciais.
- Educação financeira: cursos gratuitos e palestras orientados para temas como finanças pessoais.
- Em relação à poupança, a legislação financeira não permite que o banco comunitário faça esse tipo de captação ainda.

A partir da discussão acima, compreende-se a importância de uma aproximação de instituições públicas e privadas na prestação de uma assistência a essas aos empreendedores carentes de acesso ao crédito por meio das ferramentas mencionadas.

4.3 Matriz Operacional do Plano: eixos, objetivos, ações estratégicas, parcerias e fontes de recurso e prazos de execução

A matriz operacional do Plano buscou estabelecer o diálogo entre a realidade atual (análise diagnóstica) e a visão de futuro (realidade desejada). Para tanto, reconheceu como legítimas as discussões e as sugestões apresentadas pelos/as participantes das oficinas, bem como as informações de base primária e secundária aqui reunidas.

Outro aspecto refere-se à economia solidária como alternativa ao desemprego e à precarização das relações de trabalho seja no aspecto micro, da geração de oportunidades econômicas para populações de baixa renda, ou no plano macro, pelo estímulo econômico gerado a partir do seu potencial de consumo, sem esquecer as demandas sociais e ambientais.

Dessa forma, as propostas aqui apresentadas exigem do poder público, em especial da Prefeitura Municipal de Fortaleza, a sua concretização no contexto do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) em resposta aos anseios e à necessidade da ZEIS Poço da Draga.

Entende-se o horizonte temporal definido para três anos (2020 a 2022) como um tempo razoável para a implementação deste Plano. A escolha também se justifica por: 1. Unir o último ano do mandato do gestor atual aos dois primeiros anos do mandato do próximo gestor municipal, que será eleito em outubro de 2020 e empossado em janeiro de 2021; 2. A opção de escolha de um tempo que favoreça e mobilize o Conselho Gestor, os empreendimentos e demais representações da comunidade a aperfeiçoar a estrutura organizacional local na direção da efetivação das ações de monitoramento e avaliação da execução do Plano de Geração de Trabalho e Renda e de seus resultados. Desta forma é possível qualificar a vivência de participação e autonomia organizacional da ZEIS.

4.3.1 APL Comércio Ambulante: Alimentos e Bebidas

Comércio Ambulante ALIMENTOS e BEBIDAS				
EIXO 1: Produção e Comercialização para o desenvolvimento do arranjo produtivo Comércio Ambulante de Alimentos e Bebidas				
OBJETIVO 1: Aperfeiçoar as tecnologias de produção e comercialização de alimentos e bebidas para oferecer qualidade e preço justo aos usuários e atingir um melhor rendimento econômico-financeiro.				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022
- Incentivo ao exercício coletivo na compra de matéria-prima, indicação de fornecedores e de espaços públicos para a venda de comidas e bebidas em maior escala.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Entidades da própria ZEIS do Poço da Draga e adjacências - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Projetos de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidades afins			
- Criação/estruturação da política de compras institucionais do segmento Alimentação nos mais diferentes eventos promovidos pelo município de Fortaleza.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Entidades da própria ZEIS Poço da Draga e adjacências			
- Fortalecimento das articulações com Entidades promotoras de atividades socioculturais de interesse da ZEIS Poço da Draga com vistas à ampliação dos espaços de venda de comidas e bebidas.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Entidades público-privadas da área de abrangência da ZEIS Poço da Draga			
- Criação de mecanismos e instrumentos que melhorem a apresentação e divulgação do comércio ambulante de alimentos e bebidas.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Entidades da própria ZEIS Poço da Draga e adjacências			



Comercio Ambulante ALIMENTOS e BEBIDAS

EIXO 2: Acesso a conhecimentos para o desenvolvimento do arranjo Comércio Ambulante de Alimentos e Bebidas

OBJETIVO 2: Desenvolver processos de formação e capacitação com vistas a agregar novos saberes aos/às empreendedores/as ambulantes na produção e comercialização de alimentos e bebidas.

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022
- Capacitação continuada em temas como Economia Solidária, Autogestão, Administração Financeira, Contabilidade Básica Plano de Negócio, Informática Básica, Marketing Digital e Tecnologias Específicas no campo da Gastronomia, Conservação e Embalagem de Alimentos, Turismo Comunitário, entre outros.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Universidades (UFC/UECE) e Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins			
- Formação dos/as ambulantes de alimentos e bebidas na organização de grupos e redes solidárias como alternativa para potencializar a produção e comercialização, bem como melhorar os níveis de aproveitamento da matéria prima, evitando desperdícios.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins. - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE). - Projetos de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidades afins. - Entidades da própria ZEIS Poço da Draga e adjacências. - Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).			



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



FUNDAÇÃO CETREDE
FUNDAÇÃO DE BENS E CULTURA AFROBRASILEIRA



**Prefeitura de
Fortaleza**

Instituto de Planejamento
de Fortaleza

Comércio Ambulante ALIMENTOS e BEBIDAS

EIXO 3: Acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias

OBJETIVO 3: Fomentar o acesso ao crédito em condições adequadas para o segmento Alimentos e Bebidas da ZEIS do Poço da Draga.

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022
- Acesso aos Agentes financeiros e Instituições públicas e/ou privadas para obtenção de crédito de incentivo ao comércio ambulante de alimentos e bebidas (individual-solidário) nas áreas de capital de giro e investimento, entre outros.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins			
- Incubação de Banco comunitário, Cooperativa de crédito solidário e/ou Fundos rotativos solidários, tendo como referência as boas práticas já existentes em Fortaleza-Ceará e no NE brasileiro.	- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Secretarias afins - Universidades (UFC/UECE), Instituto Federal do Ceará (IFCE) e Instituições afins - Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Instituições financeiras afins - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-CE) - Entidades não governamentais com expertise na temática, a exemplo do Banco Palmas e Cáritas Diocesana Fortaleza, entre outras			



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



FUNDAÇÃO CETREDE
FUNDAÇÃO DE BENS E CULTURA PATRIMONIAL DO



Prefeitura de
Fortaleza

Instituto de Planejamento
de Fortaleza

Comércio Ambulante ALIMENTOS e BEBIDAS

EIXO 4: Ambiente Institucional: articulação e integração de políticas públicas

OBJETIVO 4: Reivindicar ações sociais públicas para a melhoria das condições de trabalho e bem viver dos/as empreendedores/as e seus familiares.

AÇÕES ESTRATÉGICAS	PARCERIAS/FONTES DE RECURSOS	PRAZOS DE EXECUÇÃO		
		Curto 2020	Médio 2021	Longo 2022
<ul style="list-style-type: none"> - Diálogo e negociação permanente com o poder público das esferas estadual e municipal com vistas à solução de problemas relacionados à; * Limpeza dos espaços públicos (praia) * Segurança pública (violência e criminalidade) * Regularização fundiária * Legislação favorável ao comércio ambulante de alimento e bebidas * Desobstrução do Calçadão da Orla Marítima * Construção do equipamento cultural Cuca Poço da Draga, a fim de dar utilidade à obra embargada do “Aquário” 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretarias do município de Fortaleza e do estado que respondem pelo desempenho das políticas públicas - Projetos de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidades afins - Entidades da própria ZEIS Poço da Draga e adjacências 			
<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento das instâncias organizativas e comunitárias para a gestão, monitoramento e avaliação do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entidades da própria ZEIS Poço da Draga Organizações não governamentais mobilizadas 			

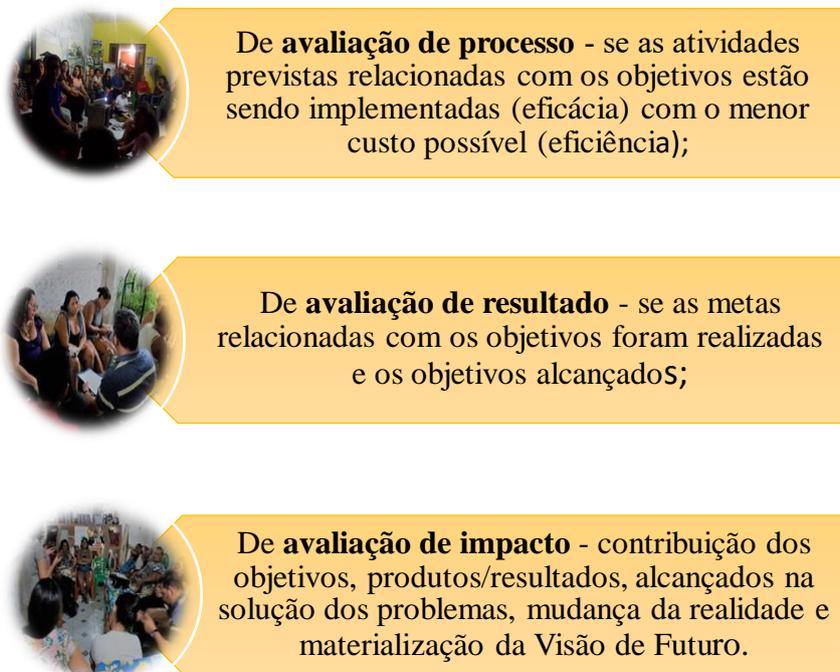
5. GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO: aperfeiçoando a estrutura organizacional e articulando parcerias institucionais

De início, ressalte-se que a gestão (e controle) compõe o processo de planejamento como uma etapa necessária para apoiar a execução do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga no âmbito do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF).

O Monitoramento é o acompanhamento sistemático das ações, passo a passo, e está mais relacionado ao processo de execução das ações. Já a Avaliação verifica o alcance dos objetivos e as alterações na situação-problema, ou seja, verifica a evolução entre o Estado Atual em relação ao Estado Desejado.

Desse modo, o processo de gestão, monitoramento e avaliação do referido Plano requer que a estrutura organizacional já existente na ZEIS Poço da Draga seja validada e/ou aperfeiçoada com vistas a assegurar o processo de implantação das ações estratégicas apresentadas na Matriz de Planejamento Operacional, ao tempo que permita realizar a avaliação do alcance dos objetivos propostos a partir de três tipos de indicadores, ou seja, i) Avaliação de processo, ii) Avaliação de resultado e iii) Avaliação de impacto, como apresentado na Figura 10 a seguir.

Figura 10 – Ciclo da Gestão e Planejamento



Fonte: Cartilha de Apoio à Gestão de Empreendimentos Econômicos Territoriais, 2013.

Para materializar essa proposta de monitoramento e avaliação do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga e, em face das limitações para concluir todo o processo metodológico, faz-se prudente que outros espaços de discussões sejam ampliados, envolvendo os/as empreendedores/as do comércio de alimentos e bebidas, outros/as empreendedores/as não alcançados pelas oficinas realizadas, o Conselho Gestor, os Mobilizadores Sociais, e outras representações sociais e institucionais que atuam na ZEIS Poço da Draga para avançar conjunta e autonomamente na construção participativa de um sistema simplificado de monitoramento e avaliação que dê conta da implantação das ações estratégicas reunidas e de seus resultados.

Assim, é fundamental que se tenha claramente definido o que avaliar e, mais precisamente, o que o arranjo produtivo comércio ambulante (alimento e bebida) indica como importante avaliar. A seguir, há uma proposta a ser apreciada e desenvolvida pela ZEIS Poço da Draga, inclusive acrescentando ao referido sistema de M&A a base de indicadores e os meios de verificação para cada aspecto considerado importante avaliar.

Tabela 2 – Sistema Simplificado de Monitoramento e Avaliação do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga

O QUE AVALIAR no arranjo produtivo COMÉRCIO AMBULANTE: alimentos e bebidas	Sistemática/Período		
	2020	2021	2022
OBJETIVO 1 - Aperfeiçoar as tecnologias de produção e comercialização de alimentos e bebidas para oferecer qualidade e preço justo aos usuários e atingir um melhor rendimento econômico-financeiro.			
<u>Ações Estratégicas</u>			
1.1 Incentivo ao exercício coletivo na compra de matéria prima, indicação de fornecedores e de espaços públicos para a venda de comidas e bebidas em maior escala.	Outubro	Maio Outubro	Maio Outubro
1.2 Criação/estruturação da política de compras institucionais do segmento Alimentação nos mais diferentes eventos promovidos pelo município de Fortaleza.		Maio Outubro	
1.3 Fortalecimento das articulações com Entidades promotoras de atividades socioculturais de interesse da ZEIS Poço da Draga com vistas à ampliação dos espaços de venda de comidas e bebidas.	Outubro	Maio Outubro	Maio Outubro
1.4 Criação de mecanismos e instrumentos que melhorem a apresentação e divulgação do comércio ambulante de alimentos e bebidas.	Outubro	Maio Outubro	Maio Outubro
OBJETIVO 2 - Desenvolver processos de formação e capacitação com vistas a agregar novos saberes aos/as empreendedores/as ambulantes na produção e comercialização de alimentos e bebidas			
<u>Ações Estratégicas</u>			
2.1 Capacitação continuada em temas como Economia solidária, Autogestão, Administração financeira, Contabilidade básica Plano de negócio, Informática básica, Marketing digital e Tecnologias específicas no campo da Gastronomia e Conservação e Embalagem de alimentos,	Outubro	Maio Outubro	Maio Outubro

O QUE AVALIAR no arranjo produtivo COMÉRCIO AMBULANTE: alimentos e bebidas	Sistemática/Período		
	2020	2021	2022
Turismo comunitário, entre outros.			
2.2 Formação dos/as ambulantes de alimentos e bebidas na organização de grupos e redes solidárias como alternativa para potencializar a produção e comercialização, bem como melhorar os níveis de aproveitamento da matéria prima, evitando desperdícios.		Maio Outubro	Maio Outubro
OBJETIVO 3 - Acesso a Financiamento: crédito e finanças solidárias			
<u>Ações Estratégicas</u>			
3.1 Acesso aos Agentes financeiros e Instituições públicas e/ou privadas para obtenção de crédito de incentivo ao comércio ambulante de alimentos e bebidas (individual-solidário) nas áreas de capital de giro e investimento, entre outros.	Outubro	Maio Outubro	Maio Outubro
3.2 Incubação de Banco comunitário, Cooperativa de crédito solidário e de Fundos rotativos solidários, tendo como referência as boas práticas já existentes em Fortaleza-Ceará e no NE brasileiro.	X	Maio Outubro	Maio Outubro
OBJETIVO 4 - Reivindicar ações sociais públicas para a melhoria das condições de trabalho e bem viver dos/as empreendedores/as e seus familiares			
<u>Ações Estratégicas</u>			
4.1 Diálogo e negociação permanente com o poder público das esferas estadual e municipal com vistas à solução de problemas relacionados à; * Limpeza dos espaços públicos (praia) * Segurança pública (violência e criminalidade) * Regularização fundiária * Legislação favorável ao comércio ambulante de alimentos e bebidas, * Desobstrução do Calçadão da Orla Marítima * Construção do equipamento cultural Cuca Poço da Draga, a fim de dar utilidade à obra embargada do “Aquário”	Outubro	Maio Outubro	Maio Outubro
4.2 Fortalecimento das instâncias organizativas e comunitárias para a gestão, monitoramento e avaliação do Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga.	X	Maio Outubro	Maio Outubro

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ZEIS Poço da Draga é um território reconhecido pelo governo municipal por seu potencial socioeconômico, cultural e organizacional, porém é visto pelo estado como “cidade informal” caracterizada pela clandestinidade e pela invisibilidade social e política em decorrência, entre outras, das precárias condições de regularização urbanística e fundiária.

Uma das referências dessa “cidade informal” explicita-se no (re)desenho urbano associado a “novas” áreas de interesse social como resposta de uma política de desenvolvimento urbano de enfrentamento à cruel realidade de vários bairros periféricos da cidade de Fortaleza, considerados áreas ocupadas de forma irregular, que reclamam por um instrumento de regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais na perspectiva de assegurar o direito à cidade de forma digna e cidadã.

O Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga, aqui apresentado, constitui-se em uma ferramenta de intervenção que pretende minimizar os efeitos perversos do desemprego (ou subemprego) e da precarização das relações de trabalho de parcela significativa da população jovem e adulta da referida ZEIS, no caso os/as empreendedores/as ambulantes de bebidas e alimentos.

Considera-se de fundamental importância que o referido Plano avance, na sua fase de implementação, no olhar mais apurado dos outros segmentos produtivos existentes e não explorados na análise diagnóstica por APL. Deve-se trabalhar em uma perspectiva de se debruçar o mais próximo possível da dinâmica do mercado local, ajustando ou inserindo outras ações estratégicas na Matriz Operacional do referido Plano, haja vista que o planejamento com a participação das lideranças locais, empreendedores/as e representações sociais e populares, bem como a capacitação e organização solidária, consiste numa estratégia que contribui para a construção do caminho percorrido pelos/as pequenos/as empreendedores/as locais. A utilização de ferramentas desse tipo contribui para que os/as empreendedores/as possam se preparar para o futuro em cooperação a partir do reconhecimento de sua condição atual, da identificação de cenários possíveis, do levantamento de suas demandas e da definição das ações necessárias para materializar a visão de futuro por APL e da comunidade, ou seja, modificar uma realidade que não mais satisfaz.

Nessa direção, o Plano de Geração de Trabalho e Renda deve inserir-se na política urbanística e fundiária, relacionando os seus resultados de eficiência e eficácia às condições favoráveis de articulação e integração com as demais proposições que constam no objeto do contrato já mencionado. Entre elas, (i) o Diagnóstico socioeconômico, físicoambiental, urbanístico e fundiário; (ii) a Minuta de normatização especial de parcelamento, edificação, uso e ocupação do

solo; (iii) o Plano de Regularização Fundiária; (iv) o Plano Urbanístico e (v) o Plano de participação e desenvolvimento social.

Desse modo, registra-se os ganhos com a adoção da metodologia para a elaboração do referido Plano que, acertadamente, espelhou-se em três tecnologias sociais, utilizadas e replicadas com rigor e atenção à realidade da ZEIS Poço da Draga, ou seja, a Metodologia Gestão Participativa para o Desenvolvimento (Gespar), a Metodologia de Sustentabilidade da Fundação Banco do Brasil (FBB) e a Metodologia da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação (Anteag) que concebe o plano de negócio e a sustentabilidade dos empreendimentos com foco nos arranjos produtivos locais (APLs) e nos fundamentos e na contribuição direta da economia solidária. Concebe-se a construção de outro modelo de desenvolvimento, pensado em suas múltiplas dimensões, já que o modelo de organização do empreendimento econômico solidário (EES) e as práticas de economia solidária pressupõem a existência de coesão social, forte organização territorial, redução das desigualdades e respeito às diferenças, de forma a fomentar o dinamismo econômico, promover a proteção ambiental e colaborar para a organização sociopolítica de territórios e comunidades, efetivando, portanto, os espaços de diálogo, de participação e autonomia dos/as empreendedores/as e suas representações sociais e populares.

De igual modo, deve-se reconhecer que várias discussões e agendas institucionais já foram realizadas pelo movimento de economia solidária do Ceará, resultando em proposições que se aplicam à realidade da ZEIS Poço da Draga, inclusive Fortaleza já conta com a lei municipal de incentivo à economia solidária, a qual carece da devida regulamentação (criando os instrumentos legais) para que seja efetivada.

7 REFERÊNCIAS

AMORIM, Mônica Alves; MOREIRA, Maria Vilma Coelho; IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. **A construção de uma metodologia de atuação nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança.** Interações (Campo Grande), v. 6, n. 10, 2016.

ANTEAG, **Autogestão e Economia Solidária – uma nova metodologia**, 2º volume. BSB: Ministério do Trabalho e Emprego. 2005.

AZEVEDO, Alessandra B.; ALMEIDA, Aelson Silva de; BESNOSIK, Ma Helena da Rocha. **Sociedade, Inovação e Tecnologia Social.** Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

BEHR, R. R.; LIMA, AATFC. **Participação, Criatividade e Planejamento Estratégico.** VI SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Bauru: UNESP, 1999.

BENI, Mário Carlos. **Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: planejamento integrado e sustentável do turismo.** Revista Turismo em análise, v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999.

BORTOLI NETO, A. **A virada dos pequenos.** Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, n. 100, p. 37, 1997.

BRASIL. Governo Federal. LEI Nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: 13/11/2019

DALLA VECCHIA, Raquel Virmond Rauen. **Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento regional e local.** Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)-ISSN 2177-4153, v. 4, n. 1, p. 31-50, 2006.

FARAH JÚNIOR, Moisés Francisco. **Desenvolvimento local e comportamento dos agentes econômicos: estratégias empresariais pró-ativas ou reativas?** Revista da FAE, v. 4, n. 2, 2001.

FERREIRA, Luis Fernando Filardi et al. **Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo.** Gestão e Produção, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

FORTALEZA, PREFEITURA DE. **Fortaleza 2040: Plano de Ações Estratégicas de Regularização Fundiária (PLAERF).** 2016. Disponível em: http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/eixos/0_RegularizacaoFundiria.pdf Acesso em: 15/11/2019.

FRANÇA FILHO, Genauto e SILVA JR. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. CATTANI, A.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.) Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GEM [GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR]. **Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2013.** Curitiba: GEM, 2014. Disponível em: <http://>

www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/CartilhaManual-ou-Livro/Pesquisa-GEM-2013---Relatorio-executivo. Acesso em: 16 de março de 2014.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Livros, 2009.

IPEA. **Temas especiais. Experiências de industrialização localizada**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: < www.ipea.gov.br/polind/ipead03.html.> Acesso em: 20.06.2001.

LASTRES, H. M.; CASSIOLATO, J. E., LEMOS, C. MALDONADO, J. e VARGAS, M.A. **Globalização e inovação localizada – Experiências de Sistemas Locais no Mercosul**. Brasília: IEL/IBICT, 1999.

MENDONÇA, Haroldo. **Comércio justo e economia solidária no Brasil e o papel da política pública na sua promoção**. 2011.

PAIVA, Victoria Régia Arrais de. **Dilemas e perspectivas de institucionalização das Finanças Solidárias: a experiência dos Bancos Comunitários no Ceará**. 2015. 350f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015.

PLANO INTEGRADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA-PIRF. **Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, físicoambiental, Urbanístico e Fundiário**, 2019.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável**. 2007.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; PELLIN, Vadinho. **Arranjo produtivo local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: análises das experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba)(SC), e Santa Rosa de Lima (SC)**. Turismo-Visão e Ação, v. 7, n. 1, p. 69-91, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE-SEUMA. **Estudo Preliminar De Compatibilização Da Lei De Uso E Ocupação Do Solo (Lei N° 7.987/1996) Com O Plano Diretor Participativo De Fortaleza - Pdpfor (LC N° 062/2009) – 2015**. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/servicos/Compatibilizao-Lei-de-Uso-e-Ocupao-do-Solo-LUOS-e-Plano-Diretor.pdf>. Acesso em 13/11/2019.

SEN, Amartya, and O. **Desenvolvimento como Liberdade**. "Tradução de: Laura Teixeira Mota." Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras (2000).

SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane Costa. **Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed – São Paulo: Fundação Perseu. 2002.

SANTOS, Evelynne Tabosa dos. **Exportações de artesanato do Ceará no período de 2004 a 2006 : desafios e oportunidades**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Fortaleza – CE, 2007. Disponível em:

<https://uol.unifor.br/oul/ObraBdtdSiteTrazer.do?method=trazer&ns=true&obraCodigo=78435>.
Acesso 17/11/2019.

TERENCE, Ana Cláudia Fernandes. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

8 ANEXOS

8.1 Cartaz seminário

CONVITE

II SEMINÁRIO CEARENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA
NOS TERRITÓRIOS DAS ZEIS BOM
JARDIM, PICI E POÇO DA DRAGA

12 - 13.DEZ.2019

Auditório José Albano (CH1/UFC)



8.2 Programação seminário

PROGRAMAÇÃO

12/12/2019

8:30 às 9:00h: Credenciamento

9:00 às 10:30h: Mesa 1 – Narrativas e reflexões das atividades PIRF nos territórios: resultados, possibilidades e desafios

10:30 às 12:00h: Mesa 2 – Diálogos e Convergência para o fortalecimento das Zeis: construindo possibilidades de parcerias e agenda de compromissos

12:00 às 13:30h: Almoço

13:30 às 15:00h: Mesa 3 - Diálogos e Convergência para o fortalecimento das Zeis: relatos de experiências inspiradoras de economia solidária

15:00 às 16:30h: Mesa 4 – O papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários: trajetórias de incubadoras de Economia Solidária no Ceará

16:30 às 17:00h: Lançamento de livros

17:00h: Programação cultural e encerramento de atividades do dia

13/12/2019

09:00 às 12:00h: Mesa 5 - Diálogos e Convergência da Economia Solidária com as diversas outras economias na construção do Bem Viver.

8.3 Programação do 18º Feirão de Socioeconomia Solidária e Agricultura Familiar



18º feirão de socioeconomia solidária e agricultura familiar

PROGRAMAÇÃO

12
QUINTA

- 15h Assembleia com participantes
- 16h Oficina de sacolas de papel reciclado / Performance "Falo" – NAH/UECE
- 17h Cortejo do Auditório José Albano para a Praça da Gentilândia
- 17h30 Grupo Miraira – IFCE
- 18h Abertura do 18º Feirão
- 18h30 Apresentações Culturais
- 21h Encerramento 1º dia

13
SEXTA

I Seminário – Economia Solidária: Dialogando e convergindo com as Economias que buscam construir o Bem Viver

- 8h30 Acolhida/Amorização/Troca de afetos
- 9h Abertura e composição da Mesa
- 9h15 Participação das Economias: Negro; Feminista; Ecológica; Dos Povos; Criativa
- 10h30 Pontuando convergências – Prof. Victória (UFCA) e André (UFC)
- 11h Abertura para a Plenária
- 12h10 Encaminhamentos e agradecimentos
- 14h Roda de Conversa com os territórios sobre organização da Economia Solidária (Local: IFCE)
- 14h30 **OFICINAS**
Praça da Gentilândia -abertas para participantes e feirantes.
1. Cores da Solidariedade – Da teoria à prática na linguagem das cores
2. Boas Práticas de Alimentação (IFCE)
3. Redes Sociais e Comercialização (IFCE)
- 17h Grupos Tapebas – Escola do Trilho e Escola da Ponte
- 18h Início das apresentações Culturais com Grupo NEABI – IFCE
- 19h Templo da Poesia
- 20h Rais Jader
- 21h Encerramento 2º dia

14
SÁBADO

- 8h Comercialização na Praça e Oficinas
1. Contação de História e confecção de bonecas Abayomi
2. Oficina de Bordado – Vanda Fernandes
- 9h KHORI - Apresentação cultural
- 9h30 Início das Apresentações Culturais
- 12h Encerramento da Feira

8.4 Modelo de convite às instituições



Ao Ilmo. Sr. Prof. Francisco Guedes
Coord. Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários
Universidade Estadual do Vale do Acaraú
Sobral-Ce

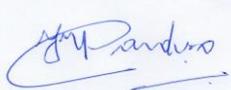
Prezado colega,

Em nome da Coordenação do Eixo Economia do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), projeto implementado mediante parceria entre a UFC e o Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor), cujas ações estão concentradas em três territórios das Zonas de Interesse Social, na cidade de Fortaleza, convidamos V. Sa. a colaborar com a Mesa Redonda 4: “O papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários: trajetórias das incubadoras em economia solidária no Ceará”, integrante do **II Seminário Cearense de Economia Solidária: geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga**, a realizar-se dia 12/12/2019, no horário das 8:30 às 17:00h, no Auditório José Albano – Centro de Humanidades/UFC, conforme programação em anexo.

Ressaltamos, ainda, que este evento também é parte integrante do Feirão Estadual de Socioeconomia Solidária, promovido pela Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, que seguirá com outras atividades nos dias 13 e 14 de dezembro do corrente ano, na Praça da Gentilândia.

Ficamos ao dispor para quaisquer informações adicionais e desejosos de contar com vossa honrosa presença.

Um abraço solidário.



Realização: **Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso**

Coordenador Eixo Economia PIRF – UFC
Fortaleza



8.5 Documento Complementar ao Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga

Prezados/as gestores do Iplanfor,

Vimos pelo presente responder ao requisitado no Relatório de Reanálise que trata das considerações acerca do produto da Etapa 6 - Plano de Geração de Trabalho e Renda da ZEIS Poço da Draga (P042889/2020) elaborada pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato - DIART/Iplanfor, no âmbito do Plano Integrado de Regularização Fundiária, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará - UFC, observando o conteúdo do contrato 025/2019 e respectivo Termo de Referência a ele associado.

A seguir apresenta-se a justificativa de cada conteúdo considerado no Termo de Referência como Presente c/ressalva (P/r), Incompleto (I) e Ausente (A).

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Poço da Draga
2. Mapeamento do Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos locais: Inventário de Estudos e Diagnósticos Socioeconômicos realizados pelas comunidades.	(P/r)
<p><u>Justificativa</u> Na ZEIS Poço da Draga não foi identificado nenhum estudo ou diagnóstico socioeconômico realizado pela comunidade ou com o apoio de instituição pública ou entidade não governamental nos últimos anos.</p>	
3. Mapeamento do Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos locais: Sondagens junto ao IDT/SINE, SDE/PMF, Superintendência Regional do Trabalho e Sindicatos para busca de informações sobre o mercado de trabalho local.	(A)
<p><u>Justificativa</u> Os levantamentos das informações sobre ZEIS Poço da Draga ocorreram segundo detalhado abaixo:</p> <p><i>IDT/SINE:</i> Foi realizada uma busca na página dessa instituição bem como busca rápida pelo vocábulo específico, “IDT, SINE”, não tendo sido encontradas informações ou referências sobre as sondagens na instituição.</p> <p><i>Prefeitura Municipal de Fortaleza-PMF:</i> Foram realizadas reuniões com as coordenações de empreendedorismo e de projetos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico-SDE, nas quais fomos informados de que não haviam informações específicas sobre o Poço. A Secretaria poderia disponibilizar uma lista de alguns eventos de formação realizados na comunidade, mas não especificamente sobre o mercado de trabalho.</p> <p><i>Superintendência Regional do Trabalho:</i> Foi feita busca na página dessa instituição bem como busca rápida pelo vocábulo específico, “superintendência”, não tendo sido encontradas informações ou referências sobre as sondagens na instituição.</p> <p><i>Entidades não governamentais:</i> A pesquisa na página da ONG Velaumar (https://www.facebook.com/velaumarong/), ofereceu um panorama geral da ZEIS Poço da Draga, entretanto não foi suficiente. As informações foram complementadas nas conversas com a presidente da ONG Isabel Cristina Lima nas atividades das oficinas.</p> <p><i>Sindicatos:</i> Identificou-se em pesquisa rápida pelo vocábulo Poço da Draga uma parceria entre</p>	

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Poço da Draga
<p>ONG Velaumar e o Sindicato dos Fazendários do Estado do Ceará (Sintaf), em um projeto sociocultural na ZEIS Poço da Draga. Foi realizada pesquisa no site do sindicato, mas esta não oferece informações sobre a ZEIS Poço da Draga nem tão pouco sobre o mercado de trabalho. https://www.sintafce.org.br/ e https://www.oestadoce.com.br/cadernos/oev/dragao-do-mar-lanca-projeto-sociocultural-2.</p> <p><i>Pesquisa “Rua a Rua”:</i> Embora a solicitação se refira ao relato das sondagens, dado a carência de informações da ZEIS Poço da Draga, utilizou-se os dados levantados na pesquisa etnográfica “rua a rua” realizada pela equipe PIRF/UFC. Todo detalhamento metodológico da pesquisa está apresentado no 2º produto do projeto: “Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, Físico-Ambiental, Urbanístico e Fundiário”. As informações referentes ao contexto econômico dessa pesquisa aparecem entre as páginas 43 a 51 do plano.</p>	
<p>4. Mapeamento do Mercado de Trabalho e Arranjos Produtivos locais: Mapeamento de Concentração de Atividades Econômicas existentes.</p>	<p>I</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>O levantamento dos dados secundários não permitiu realizar a caracterização da população quanto ao mercado de trabalho da ZEIS Poço da Draga, a qual limitou-se aos dados da pesquisa primária feita pela Equipe PIRF/UFC, composta de uma amostra de 20 moradores. Os dados levantados pela pesquisa permitiram traçar o perfil geral do mercado de trabalho nos quesitos ocupação, natureza do trabalho e atividade econômica identificada pela comunidade, como apresentado no item 4.1.3 Mercado de Trabalho e Economia Solidária (Veja páginas 43 a 51).</p>	
<p>6. Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho: Promover articulações das Instituições Formadoras de Mão-de-obra com o Conselho Gestor da área.</p>	<p>(I)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>O processo de sensibilização e mobilização, assim como a articulação com as entidades ocorreram ao longo do trabalho. As instituições público-privadas e entidades da sociedade civil com potencial de apoio a ações de capacitação da mão-de-obra foram listadas e gradativamente contatadas, por meio de visitas, telefone ou e-mail.</p> <p>Ao longo das 04 oficinas, a equipe trabalhou e aprimorou na identificação e contato com as instituições. Entre elas: Pró-reitora de Extensão – UFC; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE/Prefeitura de Fortaleza; Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - Sebrae/Ce; E, Coordenadoria de Participação Social/Prefeitura de Fortaleza.</p> <p>Em relação às entidades da sociedade civil essa mesma articulação foi efetivada. Entre elas: IADH - Projeto Habitação de Interesse Social; Cetra - Rede Agroecológica do Ceará; Curso de Gestão de Políticas Públicas/UFC responsável pelo Projeto com a Rede Feminista Estrela de Iracema; Rede Bodega de Comercialização Solidária; E Rede Cearense de Socioeconomia Solidária – Cáritas Diocesana.</p> <p>Por fim trabalhou-se a articulação direcionada às experiências de extensão voltadas para o Painel 4: “O papel das Incubadoras de Economia Solidária”. Entre elas, registra-se: IEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú; Intesol/Unilab; Iteps/UFCA; Incubadora do IFCE e a Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas com apoio da UFC.</p> <p>O ponto de encontro dessas articulações ocorreu no II Seminário Cearense de Economia Solidária: Geração de trabalho e renda nos territórios das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga. Os registros dessa atividade encontram-se no item 2.4 (Veja páginas 19 a 24). Mais especificamente no Painel 2 (veja página 22) em que as instituições apresentaram seus programas de comprometimento público e elucidaram dúvidas dos empreendedores sobre o acesso a esses programas.</p>	
<p>7. Ações de Formação de Habilidades Básicas, Específicas e de Gestão Profissionais da Força de Trabalho: Promover articulações dos Sindicatos de Trabalhadores com o Conselho Gestor para mobilizar mão-de-obra qualificada local para ser empregada em segmentos econômicos fora das ZEIS.</p>	<p>(A)</p>
<p><u>Justificativa</u></p> <p>No presente não foi registrada a presença de representações sindicais no contexto da ZEIS Poço da Draga. O que identifica-se é a presença da ONG Velaumar, a qual tem historicamente estabelecido parcerias com várias instituições públicas e privadas, assim como sindicatos, equipamentos culturais, dentre outros. Identificou-se uma parceria pontual em 2013 com o Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) no projeto Poço de Cultura. O projeto teve por objetivo investir na formação artística e cultural da população (Veja página 29). Para suprir essa carência a articulação foi alimentada ao longo do período do projeto pelo</p>	

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Poço da Draga
<p>contato da equipe com instituições públicas e privadas, assim como não governamentais. Além disso, no Painel 4 “O papel da incubação no fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários: trajetórias das incubadoras em economia solidária no Ceará” cada participante da mesa, Incubadora IFCE, IEEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú, Intesol/Unilab, Iteps/UFCA, e Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas, com apoio da UFC, apresentou sua experiência e particularidades. Os convidados trouxeram uma reflexão sobre o papel das incubadoras nos Empreendimentos Econômicos Solidária-EES, considerando variadas formas e conteúdos que podem ser objeto do processo de incubação. No painel 5, Diálogos e Convergência da Economia Solidária com as outras economias na construção do bem viver, foi estabelecido um trabalho articulado na construção do bem viver dos/as empreendedores/as. Após apresentação de cada economia, abriu-se espaço para troca de experiência entre mesa e assembleia, com uma proposta de qualificar a mão de obra.</p>	
<p>8. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Realizar inventário dos empreendimentos de economia solidária nas ZEIS. Identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimentos de economia solidária.</p>	<p>(I)</p>
<p><u>Justificativa</u> Os processos de sensibilização/mobilização e formação/capacitação desencadeados na ZEIS Poço da Draga não identificaram a existência de empreendimento econômico solidário (EES), o que significa dizer que, na sua maioria, são empreendimentos individuais. Apesar disso, o arranjo dos ambulantes de bebidas e alimentos apresenta um grau embrionário de solidarismo e cooperação, expresso nas características da sua organização produtiva, sobretudo em relação à aquisição de insumos e no cuidado e respeito uns com os outros nas tomadas de decisão, o que dá sinais de uma ambiência favorável para futuras iniciativas institucionais de apoio a Economia Solidária. Em relação às instituições públicas e privadas que apoiam a Economia Solidária volta-se ao II Seminário Cearense de Economia Solidária, especificamente aos painéis 3, 4 e 5 que abordam, respectivamente, os temas “Experiências exitosas em Economia Solidária”, “O papel das Incubadoras de Economia Solidária” e “Diálogos com as Outras Economias”.</p>	
<p>9. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Analisar com o Conselho Gestor a viabilidade da implantação dos Grupos de Trocas Solidárias no âmbito das ZEIS.</p>	<p>(I)</p>
<p><u>Justificativa</u> O trabalho desencadeado na ZEIS Poço da Draga, quando da elaboração do Plano de Geração de Trabalho e Renda, não investiu na análise com o Conselho gestor da viabilidade de implantação das trocas solidárias, haja vista os elementos de diagnóstico não indicarem uma ambiência comunitária e institucional favorável a tal iniciativa. Apesar disso, na Oficina II e no II Seminário Estadual de Economia Solidária o tema sobre Finanças solidárias, em especial, as trocas solidárias foi apresentado como uma das possibilidades de concretização, podendo, inclusive, ocorrer com ou sem a moeda social. Outro espaço de discussão e vivência dessa temática deu-se nas reuniões ordinárias da RCSES-Metropolitana, as quais contaram com a participação da equipe PIRF/UFC e culminaram nas reuniões preparatórias para o 18º Feirão de Socioeconomia Solidária. O feirão oportunizou uma vivência de trocas solidárias, como segue no item 2.5 nomeado de Ações Complementares (Veja páginas 25 e 26).</p>	
<p>10. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Difundir a ideia do Consumo Solidário e da Conscientização ambiental.</p>	<p>(I)</p>
<p><u>Justificativa</u> A ideia de consumo solidário foi fomentada ao longo das oficinas II e III, as quais impulsionaram os empreendedores a pensar em compras coletivas, consumo consciente e consciência ambiental. A partir das observações dos empreendedores foi possível direcionar o processo educativo sobre a questão ambiental. Não foram realizadas ações além das oficinas nessa área. Os painéis 4 e 5 aprofundaram a ideia de consumo solidário, onde foram apresentadas as boas práticas em Economia solidária no âmbito do município de Fortaleza e do estado do Ceará (Veja páginas 23 e 24). Segue abaixo o roteiro metodológico trabalhado no processo educativo:</p> <p style="text-align: center;">Oficina II: Planejamento e Economia Solidária</p>	

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência		ZEIS Poço da Draga
Momento 1 Apresentação expositiva	Momento 2 Grupo de trabalho	Momento 3 Socialização dos dados
Conceito de planejamento; Importância do planejamento para o empreendedor; Conceito de Economia Solidária (ECOSOL); ECOSOL como estratégia competitiva para os pequenos empreendimentos; Aspectos propostos da economia Solidária; Estudo e aplicação da FOFA para os arranjos produtivos locais identificados.	Divisão dos participantes em pequenos grupos de acordo com o segmento que trabalha a fim de identificar na sua realidade o que foi apresentado teoricamente. Nesse momento a FOFA foi aprofundada nos grupos.	Retorno dos participantes ao grupo maior para apresentar o que foi discutido nos pequenos grupos. Nesse momento o facilitador fez suas contribuições e os outros envolvidos na oficina validavam o que estava sendo apresentado.
Oficina III: Gestão Estratégica e Operacional Voltada à ECOSOL		
Momento 1 Apresentação expositiva	Momento 2 Grupo de trabalho	Momento 3 Socialização dos dados
Conceito e etapas do planejamento estratégico; Gestão Estratégica e Operacional (visão, visão estratégica, valores, missão); Planos estratégico, tático e operacional; Identificação do setor de atividade do empreendimento/negócio (indústria, comércio, serviços) para formação do arranjo; Conceito de mercado; Ações coletivas de atuação nesse mercado; Caracterização do processo produtivo (o que produzir, como, para quem, quanto, fontes de receita, resultado); Alternativas para o fortalecimento dos empreendimentos/arranjos solidários; (MEI, Simples Nacional, Associação, Cooperativa).	Divisão dos participantes, de acordo com o segmento trabalhado, para a formação de grupos com afinidades. Cada grupo elaborou um elemento do planejamento organizacional (descrição da empresa, plano de marketing, plano operacional e planejamento financeiro), que daria uma prévia de organização empresarial.	Socialização da: 1. Dificuldade individual para organizar as informações e como essa tarefa se tornou mais fácil quando se fez de forma coletiva; 2. Pontos em comum de cada atividade desenvolvida pelos moradores, como os outros (dificuldades de elaboração de preços, de promover o produto, de organizar sua produção); 3. Evidenciar como a organização coletiva traz melhores resultados para a comunidade como um todo; 4. O conhecimento que cada um adquiriu ao desenvolver os objetivos do planejamento organizacional.
12. Fomento e Desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária: Rediscutir com Bancos Públicos a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos solidários.		(A)
<p><u>Justificativa</u></p> <p>O Pannel 2 Instituições e Entidades de apoio e fomento à Economia Solidária, do II Seminário Estadual de Economia Solidária, procurou estabelecer o diálogo de parceria, especialmente, com o Banco do Nordeste do Brasil – Gerência de Negócios, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/Coordenadoria Fortaleza e a Secretaria de Municipal de Desenvolvimento Econômico - SDE com a intenção de dar continuidade e/ou revisão dos serviços de crédito aos empreendimentos (individual-solidário) da ZEIS Pici em condições adequadas e que atenda a demanda de capital de giro e aquisição de insumos e equipamentos.</p>		
16. Fomento ao Microcrédito e Implantação de Banco Comunitário: Promover o encontro dos programas de		(P/r)

Conteúdo Contrato 025/2019 Baseado no Termo de Referência	ZEIS Poço da Draga		
microcrédito das instituições públicas e privadas com as microunidades de produção das ZEIS.			
<p>O microcrédito, em especial o Crediamigo financiado pelo Banco do Nordeste, tem sido utilizado por parcela significativa dos empreendimentos na ZEIS Poço da draga. Diante desta realidade, no II Seminário Cearense de Economia Solidária, no Painel 2 “Diálogos e Convergência para o fortalecimento das ZEIS: construindo possibilidades de parcerias e agenda de compromissos”, os empreendedores tiveram a oportunidade de ouvir, tirar dúvidas e colocar seus avanços e limitações ao Banco do Nordeste-BNB. A discussão na mesa pôde mostrar especificamente a realidade de oferta e demanda de crédito por ZEIS, deixando aberto espaços de diálogo e negociação em torno do crédito (Veja página 19). Além disso, ficou claro por parte das instituições, em especial o BNB, a disponibilidade de estabelecer uma agenda como esses empreendedores. A representante do banco disponibilizou todos os endereços onde os empreendedores poderiam compartilhar uma agenda, estabelecendo uma parceria.</p>			
18. Fomento ao Microcrédito e Implantação de Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD): Estimular a criação de Banco Comunitário, mediante metodologia específica.	I)	I)	I)
<p>Justificativa</p> <p>O tema Finanças solidárias foi apresentado nas oficinas II e III em sua diversidade, sendo estas: Fundos Rotativos, Bancos Comunitários e Cooperativas de Crédito, dentre elas, os chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Apesar disso, a criação de um banco comunitário requer tempo de maturação e ambiente de confiança entre os participantes. Desta forma, o Painel 3 Experiências Exitosas em Economia Solidária, por ocasião do II Seminário Cearense de Economia Solidária, trouxe experiências exitosas do Banco Palmas e outras boas práticas em finanças solidárias.</p> <p>Uma ferramenta pedagógica que se apresenta para desencadear esse processo é a metodologia de incubação. O Painel 4 O papel das Incubadoras de Economia Solidária”, do II Seminário Estadual em Economia Solidária, deu destaque as várias experiências de apoio e fomento aos empreendimentos solidários desenvolvidas pelas universidades do Ceará, entre elas, o IEEES/Universidade Estadual Vale do Acaraú, a Intesol/Unilab, o Iteps/UFGA e a Associação Emancipadas, empreendimento incubado pelo Instituto Palmas, com apoio da Universidade Federal do Ceará/UFC.</p> <p>Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) integram o campo das finanças solidárias, enquanto formas de organização coletiva de apoio mútuo que visam garantir o acesso ao crédito e estimular o desenvolvimento em comunidades empobrecidas através da organização da economia local, gerando novas interações socioeconômicas no território. Pressupõe a participação ativa da população local no processo de tomada de decisão e na definição democrática dos objetivos perseguidos e dos instrumentos de apoio às iniciativas locais.</p> <p>Cada banco possui uma dinâmica específica na oferta de serviços alinhada com a demanda da comunidade, mas, de uma forma geral, os serviços disponibilizados pelos bancos comunitários são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crédito produtivo: para incentivar a criação ou ampliação de novos negócios. - Crédito para consumo: feito em moeda social para estimular o consumo local. - Fundo solidário para compras conjuntas: feito por um grupo de empreendedores de um mesmo ramo de atividade para conseguir melhores preços junto ao fornecedor - Microseguro: seguro de vida que contempla auxílio funeral e indenização por morte natural ou acidental. Deve ser registrado na SUSEP - Correspondente bancário: permite realizar pagamentos e recebimentos de faturas dos bancos comerciais - Educação financeira: cursos gratuitos e palestras orientado para temas como finanças pessoais. - Em relação à poupança, a legislação financeira não permite que o banco comunitário faça esse tipo de captação ainda. <p>A partir da discussão acima compreende-se a importância de uma aproximação de instituições públicas e privadas, na prestação de uma assistência a essas aos empreendedores carentes de acesso ao crédito por meio das ferramentas mencionadas.</p>			

Sem mais a tratar no momento, nos colocamos à disposição.
Atenciosamente.

Prof. Gil Célio de Castro Cardoso
Coordenador do Projeto PIRF/UFC-Economia